

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

MODERADOR: Elvira Pereira

Título da Comunicação: *Subversão económica transnacional***Autor:** HELENA MARQUES (helenamarques84@gmail.com)**Instituição:** ISCSP-UTL**RESUMO**

Recentemente muito se tem especulado acerca das consequências da crise económica que se faz sentir a nível mundial. O crescimento da economia paralela é uma das preocupações mais reais. Qual a relevância desta problemática para as disciplinas de Ciência Política e de Relações Internacionais?

Desde logo, de referir que um problema interno de um Estado tornar-se-à, inevitavelmente, um problema internacional. Ao nível do Estado o crescimento da economia subterrânea e o desenvolvimento de crimes económicos associados põe, desde logo, em causa a sustentabilidade económica do país. A perda do controlo da economia ao nível estatal impede-nos de conhecer os verdadeiros valores correspondentes aos desvios de ganhos económicos para a economia paralela. Dados do FMI estimam que o valor total dos fundos branqueados varia entre os 2% e os 5% do PIB mundial. É aqui que entra a componente internacional da análise da subversão económica. Falamos de acções com alcance maioritariamente económico, com consequências politico-sociais, levando a uma alteração do sistema económico e, consequentemente, a uma situação de desorganização social.

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

MODERADOR: Elvira Pereira

Título da Comunicação: *Entre o realismo e o construtivismo: ajuda pública ao desenvolvimento e os novos doadores***Autor: RAQUEL FREITAS – CIES-IUL (raquel.freitas@iscte.pt)
LUÍS MAH – ISEG/CESA (luismah@iseg.utl.pt)****RESUMO**

Nos últimos anos tem vindo a consolidar-se um aparato institucional internacional dedicado a regular a forma como é disponibilizada a ajuda ao desenvolvimento. Isto traduz-se em esforços para estabelecer princípios que orientem a relação entre países doadores e países em desenvolvimento, consubstanciados na Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. Paralelamente, tem crescido o peso de novos doadores (China, Índia, Brasil, Coreia) na ajuda ao desenvolvimento, os quais se regem por normas de actuação distintas e por vezes conflituantes com as dos doadores tradicionais, e também por modelos de desenvolvimento distintos.

Este paper procurará explorar essas áreas de clivagem e identificar elementos que ajudem a perspectivar qual o impacto da actuação dos novos doadores nas futuras políticas dos doadores tradicionais. A questão que se coloca para o futuro é saber se haverá um retrocesso em termos da ênfase em princípios e normas que dominavam o discurso europeu sobre ajuda ao desenvolvimento ou se haverá uma crescente inconsistência entre esse discurso e a prática, cada vez mais baseada num neo-realismo resultante da competição por influência entre actores num mundo global.

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

MODERADOR: Elvira Pereira

Título da Comunicação: *A política de cooperação para o desenvolvimento no contexto da crise Económica do século XXI***Autor:** RAQUEL TAVARES FARIA (raquelfaria@ua.pt)**Instituição:** CESA**RESUMO**

A política de Cooperação para o Desenvolvimento enquanto “campo” de conhecimento capaz de se articular com o impacto da aplicação das políticas públicas nos países em desenvolvimento, é nos dias de hoje, uma das áreas mais importantes no âmbito das relações internacionais. Suscetível a fatores externos e internos, a Cooperação tem sido confrontada com a grave crise económica que afeta o sistema mundial, não sendo por acaso que os países recetores da Ajuda Internacional tenham sido os mais afetados. Considerado como um dos cenários mais dramáticos por Peter Wahl (2008) a Cooperação clama por uma solução junto dos parceiros internacionais. É, portanto, crucial entendermos o impacto que a crise económica teve na política de Cooperação não num contexto global, mas no contexto específico português. Desta forma, pretende-se mostrar até que ponto a política de Cooperação Portuguesa tem sido afetada e de que forma tem penalizado (nas suas relações de Cooperação) países como Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Para isso, a investigação, alicerçar-se-á nas prioridades estabelecidas, nos planos de governos e nos investimentos concedidos pelo IPAD (presentes nos quadros do Diário da República) desde 2008.

AUTODETERMINAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

MODERADOR: Daniel Marcelino Rodrigues – CES-FEUC

Título da Comunicação: *Plebiscitar a secessão através do voto popular***Autor:** DANIEL MARCELINO RODRIGUES (dmrodrigues_295@hotmail.com)**Instituição:** CES-UC**RESUMO**

A secessão de parte de um território nacional opõe-se à ideia segundo a qual este é indivisível e, como tal, coloca em causa o direito à auto-determinação dos povos. Contudo, a legalidade jurídica de ambos encontra-se consagrada pelo direito internacional e tanto a soberania do Estado como a possibilidade de nações sem Estado se constituírem enquanto tal estão devidamente protegidas. Este paradoxo conduz a uma situação em que ambos os direitos continuam a ser violados à luz das mais diversas alegações de direito histórico, jurídico-legais ou ainda razões humanitárias. O conflito armado a nível nacional ou regional é com frequência o resultado desta complexa teia. Quando são assinados um cessar-fogo ou acordos de paz, a vontade popular tem sido em muitos casos substituída pela imposição de normas de *peace-building* por parte de potências externas, ainda que ratificadas pelas partes em conflito.

Esta comunicação pretende analisar de que forma o referendo pode ser utilizado em contextos de paz formal enquanto expressão do voto popular visando a criação de novas entidades estatais sem recurso à violência armada. A comunicação procurará também observar o papel do referendo enquanto condição *sine qua non* para a legitimização da secessão não-violenta em Estados federais

AUTODETERMINAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

MODERADOR: Daniel Marcelino Rodrigues – CES-FEUC

Título da Comunicação: *Díaspóra, etno-nacionalismo e etno-política: o renascimento da Questão circasse e os Jogos Olímpicos de Sochi 2014***Autor: TIAGO FERREIRA LOPES (tiago.lobes.mi@gmail.com)****Instituição: ISCSP-UTL****RESUMO**

Se a Circássia existisse hoje como Estado independente este situar-se-ia no Cáucaso Nordeste. A capital seria Sochi. A mesma Sochi de onde, em Maio de 1864, partiram os barcos que cumpriam o plano czarista de deportação dos Circasses. A mesma Sochi que irá receber os Jogos Olímpicos de Inverno em 2014.

A coincidência de se completarem 250 anos da deportação e (do alegado) genocídio do povo Circasse no mesmo ano em que Sochi, capital do país que então desaparecia, recebe os Jogos Olímpicos de Inverno levanta uma série de problemáticas que tem, desde 2007, aumentado a complexidade das dinâmicas sociopolíticas no Cáucaso russo.

Na sequência do colapso da União Soviética, os Circasses foram dos poucos grupos étnicos que não alardearam o seu direito a uma maior autonomia. Mas na primeira década do século XXI o jogo alterou-se. O recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação permitiu que os Circasses sanassem cisões internas e estabelecem-se o seu tríptico de objectivos.

De grupo étnico “fantasma”, os Circasses estão a passar gradualmente a *player* activo não só no Cáucaso, mas também na comunidade internacional. A transformação do *status quo* dos Circasses e todos os seus múltiplos efeitos no Cáucaso, na Rússia e em toda a comunidade da diáspora, serão explorados na comunicação que aqui se propõe.

LUSOFONIA – INSTITUIÇÕES E ACTORES POLÍTICOS E SOCIAIS II

MODERADOR: Fausto Amaro – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *A atracção do executivo: como se constrói uma carreira política no Brasil*

Autor: SIMONE ARAÚJO PINTO (scuber@ibmecrj.br)

Instituição: Univ. Estadual Rio de Janeiro/IBMEC

RESUMO

O objetivo do trabalho é o de analisar o modelo de carreira política no Brasil, buscando compreender a sua construção a partir da apreensão da lógica da tomada de decisão do legislador brasileiro na definição de sua trajetória profissional. O estudo procura estabelecer as motivações dos membros da Câmara dos Deputados na definição das opções de carreira que se apresentam, no sentido de permanecer ou não na arena legislativa. A hipótese-teste é a de que o poder executivo tem surtido um efeito de atracção sobre os membros do legislativo. Os dados colhidos de 1992 a 2010 possibilitam verificar se a instituição está oferecendo aos seus membros atrativos à sua permanência, ou se estes estão alocados em outras instâncias.

LUSOFONIA – INSTITUIÇÕES E ACTORES POLÍTICOS E SOCIAIS II

MODERADOR: Fausto Amaro – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *A influência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos direitos e normas trabalhistas no Brasil: um estudo de caso sobre as convenções de erradicação do trabalho infantil***Autor:** IVAN ERVOLINO (ivanervolino@gmail.com)
Instituição: Univ. Federal de São Carlos**RESUMO**

Esta comunicação trata de um projeto que analisa a capacidade de influência normativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. Levantamentos prévios indicam que há participação da OIT no debate público sobre questões laborais no país.

A pesquisa buscou produzir um mapeamento sobre o papel da organização através da sistematização informações contidas em duas bases de dados (NATLEX e ILOLEX) sobre a produção de matérias trabalhistas brasileiras relacionadas às convenções. Analisar todas as categorias de convenções demanda mais tempo de pesquisa. Desta forma criamos quesitos - as convenções deveriam: i) se enquadrarem na temática proposta pela OIT sobre os direitos fundamentais; ii) serem ratificadas no período pós redemocratização brasileira; e iii) tivessem seu trâmite de aprovação entre a alternância de dois governos federais. A temática que atendeu tais requisitos foi àquelas convenções que trataram sobre a erradicação do trabalho infantil. Além disso, foram utilizados dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para uma análise qualitativa da situação dos programas de erradicação do trabalho infantil do governo que foram incentivados pelo conteúdo das convenções.

A análise dos dados recolhidos mostra que a OIT possui capacidade de pautar decisões de atores e de influenciar a criação de novas agendas no Brasil.

LUSOFONIA – INSTITUIÇÕES E ACTORES POLÍTICOS E SOCIAIS II

MODERADOR: Fausto Amaro – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *O signo do movimento – capacidade estatal, modernização e atores políticos no Brasil recente (1998-2010)*

Autor: EDUARDO CONDÉ (eduardosconde@uol.com.br)

Instituição: Univ. Federal de Juíz de Fora

RESUMO

O paper trata do Brasil recente considerando dados agregados sobre trabalho, emprego, renda, pobreza e desigualdade, debatendo estas mutações em suas relações com a vida política e a adaptação dos atores a um novo papel do Estado. O governo Cardoso preocupou-se com ambiente para investimento, restrição monetária e fiscal, Estado menor e privatização. Sob Lula, a partir do fim de 2004, movimentou-se para “outra” modernização pelo reforço da capacidade estatal por “autonomia inserida” (Evans): mais inserção social, maior capacidade regulatória e legitimando suas ações. Atuou pela redução do déficit social, pelo desenvolvimento, políticas setoriais e inserindo o país mais decisivamente no cenário internacional. Os setores médios se ampliaram, integraram-se mais cidadãos ao mercado de trabalho e reduziu-se a desigualdade. O desafio modernizador permanece, pois os dilemas da ação coletiva, da redistribuição, da indiferença e do voto de clientela não desapareceram.

LUSOFONIA – INSTITUIÇÕES E ACTORES POLÍTICOS E SOCIAIS II

MODERADOR: Fausto Amaro – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *A constituição da mudança. Apontamentos sobre o constitucionalismo luso-brasileiro***Autor: BERNARDO BIANCHI (bernardobianchi@gmail.com)
MAYRA GOULART DA SILVA (mayragoulart@gmail.com)****Instituição: Univ. Estadual Rio de Janeiro****RESUMO**

O presente trabalho visa apresentar um panorama atual acerca do constitucionalismo luso-brasileiro, a partir de sua inserção em meio às principais matrizes constitucionais ocidentais. Partindo-se da hipótese de que as atuais Constituições de Portugal (1976) e Brasil (1988) poderiam ser concebidas como produtos de uma cultura jurídica reciprocamente configurada e de um ímpeto transformador análogo – guardadas as diferenças contextuais – a intenção é apresentar uma narrativa reconstituindo o modo como estas novas Cartas se relacionam com as principais matrizes ou famílias constitucionais do universo jurídico ocidental. Nesse sentido, a análise terá como elemento central o Constitucionalismo Democrático, enquanto paradigma de grande influência na configuração de ambas as Cartas e que se constitui a partir de um processo de *suprassunção* (*Aufhebung*) dos modelos de *civil* e *common law*. Deste modo, o argumento a ser perseguido sugere que mesmo sendo inequívocos os liames de influência recíproca entre o constitucionalismo português e brasileiro, no caso de suas novas Cartas há um processo ulterior à dinâmica interna desta comunidade. Estas novas Cartas são parte de um movimento, uma revolução constitucional mundial, propiciada pela *suprassunção* das matrizes jurídicas clássicas. Sendo assim, buscar-se-á demonstrar que tal movimento determinou uma síntese construtiva cujos elementos ensejam a configuração de um novo paradigma jurídico e apontam para um novo conceito de Direito.

DA I REPÚBLICA À DEMOCRACIA ACTUAL

MODERADOR: Maria de Lurdes Fonseca – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Padrões de Interceção da Prática Política Local e Nacional dos Parlamentares e Ministros da I República Portuguesa como Preditores do Grau de Sucesso Político Alcançado.***Autor: MARIA DE LURDES FONSECA (mlfonseca@iscsp.utl.pt)
JAIME FONSECA (jaimefonseca@iscsp.utl.pt)****Instituição: ISCSP-UTL****RESUMO**

Compreender as dinâmicas do encarreiramento político e identificar o que constitui(em) a(s) sua(s) “normalidade(s) histórica(s)” passa obrigatoriamente pela análise do modo como as carreiras individuais se desenvolvem, desde logo através dos níveis que medeiam entre o alcance local mais baixo e o alcance nacional mais amplo. Este estudo analisa as carreiras políticas dos 980 indivíduos que assumiram cargos políticos executivos nacionais na I República portuguesa, carreiras que se espraíram da Monarquia Constitucional (1882) ao fim do Estado Novo (1974), reconstituindo a sua amplitude substantiva – de governante nacional a vereador de município. Identificam-se, quantificam-se e qualificam-se os padrões dominantes de interseção (ou não) das carreiras locais e nacionais, no sentido de identificar se essa padronização pode agir como preditor do grau de sucesso político, medido através da longevidade dos percursos e da posição num *ranking* de sucesso que considera número, duração e notoriedade dos cargos executivos nacionais assumidos. Os resultados preliminares indicam que a posse de carreiras mistas pronunciou ganhos substantivos de longevidade nas carreiras bem como de posição no *ranking* de sucesso. Indicam também que as carreiras regressivas (do nacional ao local) beneficiaram em especial de longevidade, ainda que tenham sido as progressivas, as que alcançaram maior sucesso político global.

DA I REPÚBLICA À DEMOCRACIA ACTUAL

MODERADOR: Maria de Lurdes Fonseca – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Silêncio de Salazar e Silenciamento dos Portugueses***Autor:** ANTÓNIO BENTO (antobento@sapo.pt)**Instituição:** UBI**RESUMO**

«The aim of this presentation is to analyse how Salazar conceived and put into practice the regime's propaganda as a very personal and peculiar exercise of political communication with Portuguese people. Very early on Salazar understood the importance of conquering people to the dictatorship causes by means of «an intense and well-ordered propaganda», able not only of «conveniently guiding the public opinion» and of «controlling its formation», but also as a way of «bringing the Portuguese to live in a *usual way*. As he himself confesses in an interview to António Ferro: «We will have to go for it, for an intense propaganda, consciously organized; it is nevertheless regretful that truth needs such noise to stand out, of so many bells, drums and ruffles, of exactly the same processes used to spread a lie». Existing in the Portuguese minds as an «asset for the political situation», the regime's propaganda assumes two meanings: one of information and clarification and other of indoctrination and conversion. In this presentation we will analyse how these two meanings converge in the very singular personality of Salazar»

DA I REPÚBLICA À DEMOCRACIA ACTUAL

MODERADOR: Maria de Lurdes Fonseca – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Nos passos de Bruneau: Mário Soares e o sucesso da transição democrática***Autor: DAVID CASTAÑO (davidmfcastano@hotmail.com)****Instituição: CEHC-IUL****RESUMO**

Ao analisar o processo de transição democrática em Portugal Thomas Bruneau identificou alguns elementos que considerou terem sido fundamentais no seu sucesso durante a fase dos governos provisórios entre 1974 e 1976 (Bruneau, 1995). Seguindo este estudo pioneiro, procuraremos aprofundar como é que esses factores se impuseram no conturbado período político então vivido, e qual o papel desempenhado pelo líder do Partido Socialista nos dois anos que se seguiram à queda do Estado Novo. Mário Soares contribuiu de modo relevante para o êxito de três dos cinco elementos apontados por Bruneau como fundamentais para o êxito da transição democrática, sendo que os outros dois eram de exclusiva responsabilidade dos militares. O facto de ter sido um civil a destacar-se neste processo é em si mesmo um factor que deve ser tido em consideração quando se estuda o processo de transição e consolidação democrática em Portugal. A análise da acção de Mário Soares durante este período torna-se pois essencial para ajudar a compreender o processo de transição democrática em Portugal.

PARTY REGULATION IN SOUTHERN EUROPE:
PORTUGAL IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

MODERADOR: Ingrid van Biezen – Leiden University

DISCUSSANT: Carlos Jalali – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *New trends in political financing regulation: the role of political financing supervisory bodies (PFSBS)*

Autor:

LUÍS DE SOUSA – ICS-UL (luis.sousa@ics.ul.pt)

FÁBIO SOARES – ISCTE-IUL (fabiotelesoares@gmail.com)

RESUMO

In the last two decades, democracies have made an unprecedented effort to improve regulatory systems of political financing which had been perceived by many as fraught with corruption. In a series of countries state bodies (governmental departments, national electoral commissions, specialized political financing monitoring bodies) were entrusted or created to monitor and enforce political financing regulations. The format of these agencies and their success in implementing political financing regimes vary greatly from one country to another. Drawing from different regulatory experiences, and multi-disciplinary perspectives, this paper aims to discuss the new challenges and trends facing political financing regulation today in order to address two overarching questions: *Is regulatory fit sufficient to constrain illicit political financing? Why certain countries do better than others in face of the degree of cross-country transfer of knowledge and regulatory innovation achieved in recent years?* This will be done by (1) looking at the social and political background in which regulatory reforms have taken place, with a particular focus on the attitudes and practices of citizens towards political financing; (2) mapping the diversity of control responses by focusing on the monitoring/enforcement bodies set up or designated over the past two decades, in terms of their mission, role and performance; (3) reflecting upon the causes of and conditions for institutional failure/success of these (new) supervisory bodies; and (4) discussing knowledge-based, innovative and integrated methods for improving their daily regulatory tasks/functions.

PARTY REGULATION IN SOUTHERN EUROPE:
PORTUGAL IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

MODERADOR: Ingrid van Biezen – Leiden University

DISCUSSANT: Carlos Jalali – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *Uneasiness with the status quo. Party Regulation and Party Finance in post-francoist Spain (1976-2011)*

Autor: FERNANDO CASAL BÉRTOA – Leiden University
JUAN RODRÍGUEZ TERUEL – Univ. Valencia
OSCAR BARBERÁ ARESTÉ – Univ. Valencia
ASTRID BARRIO LÓPEZ – Univ. Valencia

RESUMO

Party regulation in new democracies in general, and in the Spanish political system in particular, has not been a matter of concern until very recently. In order to fill this gap, this paper explores the way political parties have been regulated not only in the 1978 Constitution, but also in the main laws regulating party foundation, organization, dissolution and, not least, funding: namely, the Law on Political Parties of 2002 (in comparison to the first 1978 Law) as well as the Law on Party Funding (both the 1985 and 2007 ones). The empirical part of the paper tries to identify, using process tracing methods, the main factors laying behind party regulation and each party funding reform adopted in Spain. A final section of the paper analyses how the different types of regulation have affected the Spanish party system in terms of formation and development. The main conclusion is that such laws have had a mixed impact on Spain's party political life.

PARTY REGULATION IN SOUTHERN EUROPE:
PORTUGAL IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

MODERADOR: Ingrid van Biezen – Leiden University

DISCUSSANT: Carlos Jalali – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *Party regulation and party system fragmentation in Italy*

Autor: DANIELA PICCIO – Leiden University
CHIARA PACINI

RESUMO

Although the debate on the legal regulation of political parties in Italy traces back to the works of the Constitutional Assembly (1946-1948), Italy has not yet adopted a party law. Political parties in Italy do not have a legal status, and there are almost no rules defining their internal organization and restricting forms of behavior or ideological foundations. The absence of such a regulation has determined the coexistence of extremely diverse party organizational structures (e.g. Berlusconi's 'personal party' or the 'primaries' party'); moreover, favored by electoral legislation, it has contributed to the fragmentation and polarization of the Italian party system. The Italian party funding regulation, introduced in 1974 and several times amended, progressively lowered the payout threshold while heightening the amount of public subsidies to political parties, thereby further contributing to fragmentation. This paper will argue that both the absence of a regulation of political parties and the generous public funding in favor of smaller parties contributed to Italy's party system fragmentation.

PARTY REGULATION IN SOUTHERN EUROPE:
PORTUGAL IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

MODERADOR: Ingrid van Biezen – Leiden University

DISCUSSANT: Carlos Jalali – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *Stateness of political parties: the impact of political funding in party organization in Turkey*

Autor: OMER GENCKAYA (genckaya@bilkent.edu.tr)

Instituição: Marmara University

RESUMO

It is argued that there is a strong relationship between the model of political funding and party system. The post-1983 party legislation encourages centralization, uniformity and leadership domination within party organization. The legal status of members and nomination for elections has particular dilemmas in this respect. Moreover, prohibitions on parties' political activities cause sustainability of party organization. Additionally, the high national threshold in national elections which is the only criteria for state aid to political parties, influence the above mentioned characteristics of party organization. The current state aid system to political parties seems to be "unfair" and "bigger parties financially get richer" so that it increases less competitive conditions and more cartelization of party system specifically in favor of the government and the main opposition parties.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (3/4)**COMO SE FAZ A CIÊNCIA POLÍTICA. METODOLOGIAS DE ANÁLISE POLÍTICA EM PORTUGAL I**

MODERADOR: Thierry Dias Coelho – CESNOVA/IPRI/FCSH-UNL

DISCUSSANT: Marco Lisi – FCSH-UNL

Título da Comunicação: *Como se faz a ciência política em Portugal. Temas, conceitos e métodos em artigos científicos (2000-2010)***Autor:****JOÃO PEDRO RUIVO – IPRI/FCSH-UNL (ruivojp@fcsch.unl.pt)****JOÃO CANCELA – IPRI/FCSH-UNL (joaocancela@fcsch.unl.pt)****THIERRY DIAS COELHO – CESNOVA/IPRI/FCSH-UNL (tdc@fcsch.unl.pt)****RESUMO**

Quando comparada com as congéneres europeias, a Ciência Política em Portugal caracteriza-se pela institucionalização tardia, tanto na investigação como no ensino. Não obstante, a produção científica da disciplina cresceu muito significativamente ao longo da última década.

O presente artigo é o resultado de uma investigação empírica sobre a evolução recente da Ciência Política em Portugal. Com base na análise de artigos publicados num conjunto de revistas científicas entre 2000 e 2010, é proposta uma classificação de acordo com o tema, âmbito espaço-temporal, metodologia e autoria das investigações, assim como a identificação de tendências e inter-relações entre estas dimensões.

O exercício essencialmente descritivo e exploratório contido no artigo tem por objectivo inicial a construção de um mapa da evolução da disciplina em Portugal, tendo por pontos de referência, por um lado, as grandes tendências da Ciência Política europeia e global e, por outro lado, o universo das ciências sociais naquele país. É também o ponto de partida dos autores para uma reflexão mais profunda sobre as origens e o percurso da disciplina em Portugal e sobre o papel crescente da Ciência Política no meio académico e na esfera pública.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (3/4)
COMO SE FAZ A CIÊNCIA POLÍTICA. METODOLOGIAS DE ANÁLISE POLÍTICA EM PORTUGAL I

MODERADOR: Thierry Dias Coelho – CESNOVA/IPRI/FCSH-UNL

DISCUSSANT: Marco Lisi – FCSH-UNL

Título da Comunicação: *De dentro e de perto. Pela compreensão dos fenómenos políticos em Portugal*

Autor: CLÁUDIA VAZ (cvaz@iscsp.utl.pt)

Instituição: ISCSP-UTL

RESUMO

A discussão sobre a natureza da investigação científica não é de hoje: diferentes tradições epistemológicas assentam em diferentes opções metodológicas. A distinção entre pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa está assim para além de uma mera dissemelhança de métodos. É, acima de tudo, um posicionamento teórico-prático. É, diria Kuhn, uma questão de paradigma, no sentido de modelo, de padrão, de rede de comprometimentos de um grupo.

A existência de vários paradigmas em ciência leva-nos desde logo a afirmar que não existe um procedimento único para descobrir novos conhecimentos. Assim, o que pretendemos com esta comunicação não é apresentar uma fórmula mágica, não é anunciar uma solução. É antes, com base na nossa experiência de investigação por terrenos etnográficos metropolitanos, estimular a reflexão em torno das “virtudes humanistas” da metodologia qualitativa na compreensão de fenómenos políticos em Portugal.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (3/4)

COMO SE FAZ A CIÊNCIA POLÍTICA. METODOLOGIAS DE ANÁLISE POLÍTICA EM PORTUGAL I

MODERADOR: Thierry Dias Coelho – CESNOVA/IPRI/FCSH-UNL

DISCUSSANT: Marco Lisi – FCSH-UNL

Título da Comunicação: *Corporatism: a survey of recent literature*

Autor: PEDRO MENDONÇA (pedro.mendonca2@ics.ul.pt)

JOSÉ LUÍS CARDOSO (jlcardoso@ics.ul.pt)

Instituição: ICS-UL

RESUMO

The paper gives a comprehensive account on the general tendencies of the study of corporatism throughout the last forty years. The analysis is threefold. We begin by labeling more than 700 articles according to five broad categories for a wide-scope view of the study of corporatism. The subsequent stage comprehends 300 articles sampled from three leading journals where each article was coded for 24 fields of inquiry. At this stage we discuss the general perceived tendencies in theoretical construction and deployment, in the evolution of statistical data and techniques, the geographical coverage of empirical studies, and the changing nature of the concept. We then select a more limited number of articles in order to address the shortcomings of this literature and suggest future research agendas.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *A análise de políticas públicas: o caso da indução e generalização do ensino profissional***Autor: ALEXANDRA DUARTE (alexandra.duarte@iscte.pt)****Instituição: ISCTE-IUL****RESUMO**

Esta apresentação baseia-se na tese de doutoramento actualmente a iniciar-se e enquadra-se na área temática das Políticas Públicas, área esta que, apesar de pluridisciplinar, tem centrado a sua análise em termos teóricos e metodológicos, na Ciência Política, Sociologia e Economia.

A análise de políticas públicas pode ser realizada através de um conjunto de modelos teóricos que têm sido desenvolvidos ao longo dos últimos anos. No presente texto pretende-se analisar a introdução do ensino profissional nas escolas da rede pública e subsequente generalização, enquanto medida de política educativa, à luz da teoria dos sistemas políticos, também designada de teoria do processo de políticas públicas. O exercício consiste na aplicação de uma grelha de análise que considera diferentes etapas do processo de formulação de políticas públicas, a saber: identificação do problema; agendamento; formulação; legitimação; implementação e avaliação da política. O objectivo é exemplificar, através da medida em concreto, quais as vantagens e limitações da concepção teórica em causa.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *O impacto da iniciativa novas oportunidades na promoção da empregabilidade: o caso do CNO-CEFOSAP***Autor:** ANA MARGARIDA NEVES (margarida.neves@ua.pt)
HUGO FIGUEIREDO (hugo.figueiredo@ua.pt)**Instituição:** Univ. Aveiro**RESUMO**

O clima de crescente desconfiança em relação à credibilidade da Iniciativa Novas Oportunidades (INO) resultou para já no início de um processo político com vista à sua efectiva reestruturação. Este surge, contudo, num contexto de uma quase total ausência de evidência empírica nomeadamente em relação ao impacto da iniciativa na valorização profissional e promoção da empregabilidade dos participantes.

Pretendendo contribuir para este debate, o artigo apresenta os primeiros resultados de um estudo sobre o impacto do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação das Competências (RVCC) de Nível Secundário na alteração da situação profissional de 517 adultos certificados pelo Centro de Novas Oportunidades CNO-CEFOSAP da Região Centro entre 2008 e 2010.

O estudo aplicou um conceito amplo de empregabilidade. Além de investigar possíveis alterações do vínculo contratual ou do nível de remuneração, procurou-se também caracterizar o tipo de competências profissionais utilizadas em dois momentos distintos: à data da inscrição na Iniciativa e no momento de realização do inquérito telefónico, o que, na maioria dos casos, corresponde a um intervalo de tempo de pelo três anos após o fim do processo. Considerando que a INO caminha no sentido inverso ao do sistema formal de ensino - da experiência para a abstracção teórica - o estudo procurou em suma isolar o efeito da própria certificação de competências como determinante de uma melhoria real na situação profissional deste grupo de adultos certificados.

Finalmente, tendo por base os dados do estudo sobre as expectativas e motivações pessoais de participação no processo, o artigo discute o impacto da massificação do acesso à INO no possível desvirtuar de alguns dos objectivos delineados na concepção inicial do sistema de RVCC.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *A governação da escola e os contratos de autonomia***Autor:** JOÃO FORMOSINHO – Univ. Minho (formosinho@ie.uminho.pt)

JOAQUIM MACHADO – FEP-UCP (jomachado@porto.ucp.pt)

Instituição: Univ. Aveiro**RESUMO**

A questão da autonomia da escola foi introduzida em Portugal em 1988 no âmbito dos debates sobre a Reforma Educativa pelo Grupo de Trabalho que propôs a alteração do regime jurídico de administração e gestão. A consagração normativa da autonomia em 1989 identifica a sua concretização como elaboração do projecto educativo de escola com a participação de todos os intervenientes na vida escolar. A alteração do regime de gestão das escolas em 1998 admite que as escolas apresentam níveis diferentes de desenvolvimento organizacional e aceita um processo faseado de implementação da autonomia, introduzindo o contrato de autonomia como modalidade de governação da escola.

Nesta comunicação, abordamos perspectivas do papel do Estado na educação e de abordagem da autonomia da escola, mostrando como as políticas de governação das escolas se afastam discursivamente da regulação burocrática e sublinham ora a participação activa dos vários intervenientes na vida escolar ora a modernização e a eficácia da gestão, fazendo emergir os contratos de autonomia como instrumento de responsabilização da escola por programas de melhoria deduzidos do processo de autoavaliação e avaliação externa e dispositivo de regulação da educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *A nova matriz de governação e as políticas públicas de educação de adultos: mapeando tensões fundamentais***Autor: ROSANNA BARROS (rmb Barros@ualg.pt)****Instituição: Univ. Algarve****RESUMO**

Toda a reflexão teórico-conceptual apresentada no texto parte do pressuposto analítico de que a interpretação da nova ordem educacional, hoje em construção no mundo ocidental, passa necessariamente pela compreensão crítica da relação entre a crise estrutural do Estado Capitalista Democrático, a regulação social e a crise actual das políticas sociais. Assim, a nossa moldura conceptual recorre às interpretações de fundo avançadas pelo pensamento de Sousa Santos no âmbito das teorias da regulação e de Claus Offe no que concerne às teorias do Estado.

A nossa tese passa por defender que as alterações nas políticas educativas públicas no campo da educação de adultos são parte constituinte de uma nova estratégia macropolítica inscrita na complexa e contraditória alteração no equilíbrio de forças em que assenta a gestão estatal e governativa em contexto de capitalismo democrático. Argumenta-se que existe uma interligação complexa e dialéctica entre duas ordens de transformações fundamentais que caracterizam a contemporaneidade, e pode ser expressa nos seguintes moldes: ao rumo tendencial da mudança sócio-política nas formações sociais capitalistas avançadas, que parece processar-se pela transição do modelo do Estado-Providência para o modelo do Estado Neoliberal, é funcional e operante o rumo tendencial da mudança paradigmática no campo da educação de adultos, que parece processar-se pela transição do paradigma da educação permanente para o paradigma da aprendizagem ao longo da vida. Uma tal perspectiva permite-nos identificar alguns parâmetros gerais de natureza estrutural que influem nos processos de produção de políticas educativas para o sector, tais como: o significado político do ressurgimento do terceiro sector em contexto de uma nova matriz de governação e o trato da *questão social* hoje inscrita nos processos hegemónicos de globalização neoliberal.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

MODERADOR: André Azevedo Alves – Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *Todos diferentes, todos iguais? O consenso no discurso pedagógico oficial em Governos monopartidários e de coligação*

Autor: TERESA TEIXEIRA LOPO (teresa.lopo@netcabo.pt)

Instituição: FCSH-UNL

RESUMO

Na nossa investigação procurámos compreender como se formula o apelo ao consenso sobre políticas educativas, nos discursos pedagógicos oficiais de governos portugueses, monopartidários e de coligação, identificando que valores da educação (consenso normativo) e crenças (consenso epistémico) são invocadas e com que resultados, em termos dos consensos alcançados na relação com os partidos políticos.

Nos casos em que não se chegou a um acordo válido procurámos, ainda, compreender o que funda o desacordo subjacente à conflitualidade discursiva sobre as acções/o que deve ser feito em matéria de política educativa (consenso preferencial), entre os governos monopartidários e de coligação e os partidos políticos.

Nesta comunicação gostaríamos de expor e debater os resultados dessa investigação discursiva que, tomando como ponto de partida o modelo teórico da acção comunicativa de Habermas e os pressupostos pragmáticos-formais que este autor define para a validade do discurso, se centrou em discursos pedagógicos oficiais, dos II, VI, IX, XI, XIII e XVII Governos Constitucionais.

IDEIAS DE LIBERDADE I

MODERADOR: Roberto Merrill – Univ. Minho

Título da Comunicação: *Pessimismo e optimismo em Jean-Jacques Rousseau***Autor: CUSTÓDIA ALMEIDA MARTINS (custodiam@ie.uminho.pt)****Instituição: Univ. Minho****RESUMO**

A *Lettre de J.J. Rousseau a M. de Voltaire* de 1756, surge na sequência da leitura de *Poèmes sur le désastre de Lisbonne, et sur la loi naturelle*. Rousseau considera este um texto pessimista, decidindo responder-lhe com uma contrária tese optimista. Propomos explorar o modo como Rousseau irá utilizar essa dicotomia entre optimismo/pessimismo para articular certos aspectos do seu pensamento filosófico e político. O poema de Voltaire serviu de pretexto para que Rousseau apresentasse uma preocupação transversal a todo o seu pensamento, a de um acesso ao verdadeiro conhecimento da natureza do Homem, a qual surge articulada, por meio dessa dicotomia, em duas questões subsidiárias, a) saber em que medida o Homem deve ser concebido enquanto Cidadão ou Solitário e b) saber em que medida o Contracto Social é historicamente necessário.

IDEIAS DE LIBERDADE I

MODERADOR: Roberto Merrill – Univ. Minho

Título da Comunicação: *Para a crítica de um liberalismo dialético: estudo sobre os fundamentos teórico-políticos da obra de Fernando Henrique Cardoso***Autor: PEDRO LUIZ LIMA (plima@iesp.uerj.br)****Instituição: Univ. Estadual do Rio de Janeiro****RESUMO**

Publicado em 1755, o *Discurso sobre a economia política* de Jean-Jacques Rousseau, representa um dos primeiros esforços do seu plano de propor um grande projeto de elaboração das “Instituições Políticas” que culminará com o Contrato social. Nesta obra, ele já esboça idéias sobre a Vontade Geral, o tema em torno da virtude do cidadão, soberania e o aprimoramento das relações mútuas. A presente proposta de comunicação, objetiva sugerir, que a leitura desta obra levanta uma questão fundamental: Em que sentido o pensamento de Rousseau é revolucionário? Diferentemente dos seus contemporâneos, Jean-Jacques não se limita a uma concepção técnica da política, ele toma partido dando lugar à atividade política, à ação política. Pretende-se com este trabalho, expor a acidez e firmeza da crítica rousseauiana que descarta qualquer possibilidade otimista para a nossa civilização. Já neste *Discurso*, Rousseau estabelece a vontade geral como primeiro princípio da economia política e como regra fundamental de todo governo. Um bom governo deve garantir antes de tudo o “respeito pelas leis, o amor à pátria e o vigor da vontade geral”. Para tanto, a economia política deve considerar que “A pátria não pode subsistir sem a liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos”.

IDEIAS DE LIBERDADE I

MODERADOR: Roberto Merrill – Univ. Minho

Título da Comunicação: *Rousseau contra a revolução?***Autor: GENILDO DA SILVA (genildof@hotmail.com)****Instituição: Univ. Federal da Bahia****RESUMO**

O presente trabalho objetiva investigar a apropriação de alguns conceitos-chave da obra de Karl Marx nos escritos de Fernando Henrique Cardoso. Com ênfase em sua produção da década de 1960, trata-se de apontar para os nexos fundamentais que se estabelecem entre certa “interpretação do Brasil”, forjada por alguns autores identificados com o contexto acadêmico da Universidade de São Paulo, e a recepção da obra de Marx, em especial de *O Capital*. Este estudo buscará, a partir do acompanhamento da obra inicial de Fernando Henrique Cardoso e de uma detida análise conceitual de textos como *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964), apontar para seus fundamentos teórico-políticos; fundamentos que, postos à luz, indicariam a relevância crucial dessa obra como um momento eloqüente da tensão, intrínseca à própria dialética (tal como entretecida pelo autor), entre marxismo e liberalismo.

TEMAS REPUBLICANOS

MODERADOR: André Barata - UBI

Título da Comunicação: *Arqueologias da linguagem republicana na monarquia constitucional brasileira***Autor: RAUL MAGALHÃES (raul.magalhaes@ufjf.edu.br)****Instituição: Univ. Federal de Juiz de Fora****RESUMO**

Essa intervenção discute uma variante da linguagem teórica republicana: a compatibilidade da monarquia constitucional com a formulação de um tipo “república” na forma do governo misto. É esse registro que considera dois atores da história brasileira, D. Pedro I e o regente Feijó, como propagadores, diferentes entre si, da linguagem constitucionalista. Ambos podem ser lidos, numa linha irregular, que desenha, no entanto, o primeiro arcabouço de tópicos que serão mais tarde “republicanos” no Brasil, considerados os sentidos “de época” da monarquia constitucional. O texto segue na direção de mostrar que esses atores podem ser identificados com eclosões de modernidade e não prisioneiros de uma da tradição absolutista. Assim, pensado numa teoria de desenvolvimento político, o Brasil apresenta traços constitucionais compatíveis com a república desde sua primeira e longa constituição, que sobreviveu intacta à regência de uma década do parlamento, nossa primeira “experiência republicana” entre um rei e outro, para não falar no segundo império. É importante notar que Pedro I (depois brevemente Pedro IV em Portugal) com todas as suas contradições estabeleceu, tanto no Brasil quanto em Portugal, ciclos de monarquias constitucionais que usaram a linguagem típica da república.

TEMAS REPUBLICANOS

MODERADOR: André Barata - UBI

Título da Comunicação: *Por uma teoria política própria: a circulação da ideia de “república” em Portugal e no Brasil***Autor: DIOGO TOURINO DE SOUSA (diogo.tourino@ufv.br)****Instituição: Univ. Estado do Rio de Janeiro****RESUMO**

Os estudos sobre o pensamento político e social brasileiro têm procurado mapear a existência de continuidades e descontinuidades conceituais, promovendo um inventário sobre nosso passado reflexivo que manifesta disputas entre modelos interpretativos distintos, influentes na condução dos debates públicos e transformação das instituições. Em especial, tais estudos apontam a importância do pensamento português, seja pela atuação política do Marquês de Pombal e seus ecos na elite intelectual coimbrã, seja pela Revolução do Porto e o Liberalismo Vintista na propagação do constitucionalismo, ambos momentos centrais na construção do Estado brasileiro e origem de modelos de ação. O objetivo do trabalho é analisar os diferentes percursos assumidos pelo debate político na primeira metade do século XIX, identificando a existência de uma tradição de pensamento republicano em Portugal e no Brasil, que logrou ser apropriada de diferentes maneiras e por diversos autores a partir de disputas políticas concretas. No limite, trata-se da reflexão sobre como o conceito de república foi elaborado e interpretado em ambos os países, na tentativa de mapear uma teoria política própria. A possibilidade de recuperarmos uma suposta tradição republicana compõe momento fértil, ainda, na reflexão sobre a circulação de idéias entre Portugal e Brasil.

TEMAS REPUBLICANOS

MODERADOR: André Barata - UBI

Título da Comunicação: *A relação entre virtude e interesse na doutrina do interesse bem compreendido de Tocqueville***Autor: ROBERTA NICOLETE (robertasoromenho@uol.com.br)****Instituição: Univ. de São Paulo****RESUMO**

A certa altura d’*A Democracia na América* chama-nos a atenção uma provocativa asserção feita por Tocqueville: “*Não temo dizer que a doutrina do interesse bem compreendido me parece, das teorias filosóficas, a mais apropriada às necessidades dos homens de nosso tempo e que vejo nela a mais poderosa garantia que lhes resta contra si mesmos*”. Esse excerto localiza-se num movimento da obra, no qual o autor visa discutir a influência da democracia nos sentimentos dos americanos que, tomados por uma “paixão pela igualdade”, são guiados por uma ideia deturpada do interesse. Ao criticar a consequência mais perversa dessa paixão, o “cego individualismo”, Tocqueville insere a discussão acerca da *doutrina do interesse bem compreendido*, modo pelo qual os estadunidenses mitigam o perigo que assombra a democracia. Embora conhecido, tal aspecto da obra do francês é pouco matizado. Se, na doutrina delineada pelo autor, o interesse é *bem* compreendido, como o interesse seria abordado nos demais discursos políticos? Ao lançarmos luz sobre o contexto linguístico do Século XIX e ao identificarmos as intenções do parisiense e seus interlocutores, argumentamos que, a partir dessa doutrina, Tocqueville efetuara um *lance* na linguagem republicana relacionando virtude e interesses – em franca oposição aos liberais do período.

POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**Título da Comunicação:** *Political participation and wellbeing: the russian case***Autor:** ANDRÉ PIRRALHA (andrepirralha@gmail.com)**Instituição:** Univ. Pompeu Fabra**RESUMO**

Does political participation make individuals happier? The existence of a positive relationship between political participation and individual wellbeing has been a matter of theoretical dispute since Aristotle. However, in the last decade this discussion evolved to more empirical grounds. The findings so far have been largely inconclusive. In particular, the issue of causality between political participation and wellbeing is largely unresolved meaning that we don't know whether political participation has an effect on wellbeing or the other way around. Sorting out which of these hypotheses is correct is more than an interesting academic exercise. If the first hypothesis holds, then it means that engaging in political participation activities is an active and meaningful way to achieve wellbeing and therefore it could mean that societies where participation rights are more effective are also better suited for individuals to thrive. If the relationship turns out to be the other way around, then it can mean that wellbeing influences the likelihood of adopting certain political behaviors, which advises for the incorporation of wellbeing indicators into models of participation.

Using data from a Russian panel, we test which hypotheses hold better at the individual level. Moreover, we also check whether different modes of participation make a difference.

MEDITERRÂNEO

MODERADOR: Maria Raquel Freire – CES-UC

Título da Comunicação: *A ameaça jihadista nos estabelecimentos prisionais: desafios e dilemas*

Autor: FRANCISCO JORGE GONÇALVES (vurthor@gmail.com)

Instituição: IEP-UCP

RESUMO

Tradicionalmente, um recluso que foi condenado por terrorismo comporta-se de maneira diferente do recluso típico, porquanto entende que foi preso devido às suas ideias - e não pelas acções que cometeu. Por outro lado, os estabelecimentos prisionais são um palco privilegiado quer na radicalização, quer no recrutamento do terrorismo *jihadista* e a título meramente exemplificativo, diversos membros da célula de Madrid, Richard Reid, radicalizaram-se durante o tempo em que cumpriram pena.

Perante este enquadramento, e com base em trabalhos de campo realizados em alguns sistemas prisionais (EUA, Grã-Bretanha, Espanha e França), pretende-se neste artigo analisar a ameaça *jihadista*, visando propor algumas medidas para o combate deste fenómeno, para no final proceder-se a um contraponto com a realidade do sistema prisional português.

MEDITERRÂNEO

MODERADOR: Maria Raquel Freire – CES-UC

Título da Comunicação: *Chipre: de conflito intra-estadual a problema diplomático internacional***Autor: JOANA VELOSO DO AMARAL (joanavamaral@gmail.com)****Instituição: Univ. Minho****RESUMO**

Conflito, definido como estado de guerra aberta, não ocorre no Chipre desde 1974, no entanto subsiste no seu estado psicológico e sociológico, tendo vindo a constituir-se um importante problema para o qual a comunidade internacional procura solução. Porque os nacionalismos cipriotas não procuram a independência mas a união de território com a Grécia e a Turquia, o arranjo consociacionista de partilha de poder gerado aquando da independência veio inculcar o elemento étnico na estrutura política do país. O Chipre pós-colonial constitui-se um Estado mas não uma Nação. Iniciativas de mediação levadas, sobretudo, a cabo pelas Nações Unidas, mas também pelos Estados Unidos, têm evitado a re-escalada do conflito mas, no entretanto, a UNFICYP transforma-se numa das mais longas missões de paz e um acordo de paz continua sem existir. As comunidades que fundaram a República do Chipre em 1960 vivem hoje em total separação geográfica. A sul da “Green Line”, a República do Chipre permanece sob governação exclusiva dos cipriotas gregos desde 1963 e, a norte, os cipriotas turcos administram a auto-proclamada República Turca do Norte do Chipre (RTNC) desde 1983. O Chipre assumirá a presidência da UE no segundo semestre de 2012 quando, desde a recusa do “Annan Plan” em 2004, apenas o sul cipriota grego tem usufruído da condição de Estado-Membro. Entretanto, a adesão da Turquia e da RTNC assume-se como a questão central das negociações de paz, alongando o caminho para chegada a uma solução.

MEDITERRÂNEO

MODERADOR: Maria Raquel Freire – CES-UC

Título da Comunicação: *O AKP e a alteração do discurso político religioso na Turquia*

Autor: LAURA BASTOS (laurabastos4@gmail.com)

Instituição: CES-UC

RESUMO

O partido moderado islâmico AKP tem conseguido um sucesso notável no sistema político turco. Antes da sua chegada ao poder, em 2002, outros partidos de carácter islâmico persistiram no governo apenas através de coligações ou foram eventualmente afastados por sucessivos golpes militares que caracterizam a vida política turca.

O AKP prima pela alteração do discurso político religioso que sustenta uma vertente mais individualista do Islão e que não desafia o princípio secular do Estado turco. Neste trabalho, sugere-se que o AKP se tem afirmado através desta alteração, procurando conjugar os movimentos sociais que vincam o princípio secular kemalista e aqueles que reivindicam um maior poder político para as camadas religiosas da população.

No estudo das relações internacionais, o caso turco serve como exemplo da utilização de um discurso religioso islâmico capaz de se conjugar com princípios ditos ocidentais, como o secularismo, e passível de se sustentar num sistema democrático.

MEDITERRÂNEO

MODERADOR: Maria Raquel Freire – CES-UC

Título da Comunicação: *O jogo dos balcãs: baralhar, partir e dar de novo: a antiga Jugoslávia, das guerras à integração europeia – nacionalismo e reconciliação em sociedades pós-conflito*

Autor: RICARDO ALEXANDRE

Instituição: ISCTE-IUL

RESUMO

*Balcãs: o que subsiste depois da resolução dos conflitos armados:

- A necessidade de superação do discurso do ódio como chave para a convivência pacífica.

*6 pontos essenciais/desafios:

-A emergência de novos actores políticos.

-A independência dos média.

-A formação e consolidação de organizações independentes na sociedade civil;

-A integração económica em espaços regionais.

-A "desnacionalização" dos manuais escolares.

-A "verdade" e a reconciliação.

MEDITERRÂNEO

MODERADOR: Maria Raquel Freire – CES-UC

Título da Comunicação: *Política Externa e de Segurança Comum: Que contributo para uma identidade europeia?***Autor:** ANA SANTOS PINTO (ana.pinto@ipri.pt)**Instituição:** IPRI-UNL**RESUMO**

O presente artigo pretende analisar o contributo da formulação de uma política externa comum – desde a Cooperação Política Europeia (CPE) à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) – para a construção de uma identidade política da União Europeia. Argumenta-se que a crescente promoção de instrumentos de acção externa, por meio de consagração nos Tratados, visa criar condições para que a União Europeia seconstitua, no sistema internacional, como um actor global. Tal decisão, cujo potencial cria expectativas de crescente acção externa nos parceiros regionais e internacionais, contrasta com os limites de efectiva actuação decorrentes do processo de decisão intergovernamental. O artigo organiza-se, numa primeiraparte, numa exposição diacrónica da institucionalização da política externa europeia, a que se segue uma avaliação dos actuais instrumentos e instituições, concluindo com análise comparativa das diferentes dimensões da acção externa europeia (comunitária e intergovernamental).

CONSELHO DE SEGURANÇA

MODERADOR: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Por uma abordagem transformativa da pirataria nas costas da Somália***Autor: GILBERTO DE OLIVEIRA (gilbertooliv@ces.uc.pt)****Instituição: CES-UC****RESUMO**

Esta comunicação analisa a onda de ataques de pirataria nas águas da Somália e a intervenção internacional contra a pirataria promovida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com base na bibliografia sobre a economia política dos conflitos, argumenta-se que a pirataria somali tece um complexo sistema de autoridade e protecção, onde os mecanismos de sobrevivência, acumulação de riqueza e condução da guerra combinam-se e reforçam-se mutuamente, de modo que os benefícios funcionais gerados pela pirataria superam os riscos inerentes à intervenção naval em curso no Corno de África desde 2008. Em consequência, apesar da intensa mobilização militar internacional para combater a pirataria, o problema permanece activo na região. Argumenta-se, desse modo, que o complexo desafio colocado pela pirataria somali é o redireccionamento da resposta internacional para uma agenda auto-sustentável, comprometida com a transformação da economia política da pirataria, que possa ser legitimada ao nível local.

CONSELHO DE SEGURANÇA

MODERADOR: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *A intervenção militar na Líbia e a responsabilidade de proteger***Autor: MARIA FRANCISCA SARAIVA (msaraiva@iscsp.utl.pt)****Instituição: ISCSP-UTL****RESUMO**

A recente intervenção militar na Líbia, autorizada pela resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1973, de 26 de Fevereiro de 2011, é da maior importância para o futuro da doutrina da Responsabilidade de Proteger. Com efeito, é a primeira vez que o Conselho de Segurança aprova uma resolução ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas permitindo o emprego do uso da força armada por razões humanitárias ao abrigo da nova doutrina da Responsabilidade de Proteger.

Nesta comunicação, procura-se abordar o tema a partir de dois aspectos fundamentais do debate sobre a Responsabilidade de Proteger, nomeadamente a questão da legalidade da intervenção militar na Líbia e a legitimidade da mesma.

Uma primeira parte identifica os pressupostos e características das intervenções humanitárias armadas tradicionais.

Numa segunda parte, identificam-se as evoluções na conceptualização da intervenção armadas com objectivos humanitários, que se consubstanciaram recentemente na ideia de Responsabilidade de Proteger, e discutem-se os reflexos políticos da doutrina na Organização das Nações Unidas.

Na última parte da comunicação analisa-se a intervenção militar na Líbia em termos de processo de decisão, objectivos da missão internacional e condução das operações militares, discutindo-se a possibilidade de estarmos em presença de uma operação armada legal, no que concerne a autorização para o emprego da força armada, mas potencialmente ilegítima. Conclui-se com uma avaliação preliminar do impacto desta operação militar para o futuro da doutrina da Responsabilidade de Proteger.

PORTUGAL, DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO EUROPEIA

MODERADOR: Isabel Camisão – NICPRI-UM

Título da Comunicação: *Leadership in the EU in times of crisis: a theoretical approach***Autor:** ISABEL CAMISÃO (isabelc@fl.uc.pt)**Instituição:** NICPRI-UM**RESUMO**

The EU is experiencing probably the lowest level of public support in its history. Given this trend, we ask what is the problem with the EU? We argue that proper political leadership is crucial to the success or failure of an organization, especially in times of crisis. Periods of crisis represent dangers, but also momentum to reform the organization and its policies. This will require leaders who are able to transform challenges into opportunities. Are the current European leaders up to the enormous challenge we face? What kind of leadership model would best suite the Union in these troubled times? Is responsive leadership the best way of tackling this mega-crisis? We will first look into more detail to the concepts of leadership and crisis. We will then focus on the current type of leadership in the EU. We will conclude this paper with a note on the importance of “adequate” leaders and timely political leadership.

PORTUGAL, DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO EUROPEIA

MODERADOR: Isabel Camisão – NICPRI-UM

Título da Comunicação: *As presidências da união europeia pós-tratado de Lisboa: que reflexos no poder de influência dos estados*

Autor: REINALDO HERMENEGILDO (hgreinaldo@hotmail.com)

Instituição: Academia Militar

RESUMO

O Tratado de Lisboa trouxe uma série de inovações na estrutura e funcionamento institucional da União Europeia (UE) com reflexos em múltiplas áreas. Por vezes, essas mutações institucionais não se enquadram em modelos teóricos até então concebidos, como iremos verificar ao longo do presente ensaio.

No âmbito desta comunicação pretendemos analisar os modelos teóricos do exercício das Presidências nas Organizações Internacionais, com enfoque na evolução da estrutura e funcionamento das Presidências da UE.

É nosso objectivo também estudar as transformações políticas da UE ao nível do funcionamento das Presidências e como essas mudanças se reflectem no poder de influência dos Estados, pós-Tratado de Lisboa.

Por fim, fazer uma análise dos mecanismos que os Estados passaram a ter no exercício das Presidências para influenciar as agendas da UE, e as consequências desses mecanismos no nível de integração política europeia.

PORTUGAL, DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO EUROPEIA

MODERADOR: Isabel Camisão – NICPRI-UM

Título da Comunicação: *As crises da Europa como passos para a unificação: o caso português***Autor:** DANNY RANGEL (danny_Rangel@sapo.pt)**Instituição:** CITCEM-FLUP**RESUMO**

Já ultrapassamos os obstáculos geográficos na Europa para obter confluência num continente multiforme, mas os obstáculos identitários e históricos que muitas vezes levam ao extremo opiniões de anti-coesão, são seguidos pelos motivos mais fortes que impedem uma coesão absoluta: a economia e o narcisismo político-nacional. É preciso distinguir a ideia de uma Europa unida de uma Europa unificada, inteirando-nos do que é necessário para passar da primeira para a segunda. A unificação da Europa é a que tem sido mais difícil de implementar, com medidas lentas e progressivas invés de uma reforma sistemática geral. Praticamente todos os Estados combatem para manter a sua soberania total intacta, fazendo cedências pontuais e muito debilitadas, que impede uma coesão total, com cada país na busca dos seus interesses pessoais e com o que mais o beneficia. É por este factor descrito acima que pensamos que a evolução da Europa parece depender de momentos de austeridade para forçar alguma evolução, contornando as soberanias e os interesses pessoais. É nestes períodos negativos que saem as medidas para um período positivo e melhor que o anterior, funcionando como um agente de impulso às mudanças, em passos ainda que lentos para uma unificação europeia, sendo os momentos de austeridade os passos mais fulcrais.

PORTUGAL, DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO EUROPEIA

MODERADOR: Isabel Camisão – NICPRI-UM

Título da Comunicação: *Portugal e o federalismo europeu (1960-2002)***Autor: PAULO VICENTE (pjc.vicente@gmail.com)****Instituição: FCSH-UNL/OP****RESUMO**

Esta comunicação procura compreender o posicionamento dos sucessivos governos portugueses perante o federalismo europeu no período que medeia 1960 (adesão de Portugal à EFTA) e 2002 (fim do consulado de António Guterres), tarefa que exige inevitavelmente a análise do processo de integração europeia e o modo como o país faz valer no plano comunitário os seus interesses e visão do projecto político europeu.

O termo “federalismo” continua a gerar uma enorme controvérsia nos círculos comunitários, como hoje se observa com evidente acuidade. Designadamente em momentos de revisão do Tratado fundador, algumas lideranças pugnam por um salto em frente, em consonância com o postulado pelos *founding fathers*, de molde a tornar a Europa um actor político e garante do desenvolvimento e solidariedade.

Da natureza autoritária do regime do Estado Novo ao período de transição e consolidação democrática, com as correspondentes conjunturas a nortear as posições estratégicas do país, os governos portugueses dão o seu contributo para o projecto europeu e manifestam-se quanto à federalização em marcha.

POLÍTICA E MÉDIA

MODERADOR: Nilza de Sena – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *A “americanização” da comunicação política: sinais de aproximação e afastamento em Portugal***Autor:** FRANCISCO CARVALHO VICENTE (fjc.vicente@gmail.com)**Instituição:** FCSH-UNL**RESUMO**

Um pouco por todo o mundo temos assistido a um conjunto de tendências que têm marcado as campanhas eleitorais nos regimes democráticos. Entre elas, destacam-se: o papel acentuado dos consultores na organização das campanhas, a predominância das sondagens, orquestração das actividades dos partidos e candidatos em função da lógica mediática, o recurso ao marketing político e o crescente fascínio dos media pelo estilo de cobertura jornalística conhecido por “corrida de cavalos”.

Tendo a maior parte dessas técnicas e estratégias nascido nos EUA, banalizou-se a ideia da “americanização” da comunicação política. Nesta comunicação pretende-se explorar este conceito, evidenciando diferentes perspectivas. O objectivo é avançar na caracterização de algumas dessas tendências em Portugal e compreender até que ponto se manifesta o contágio norte-americano. A hipótese que aqui se avança é que no nosso país se denota essa influência, embora sujeita a algumas limitações fruto do sistema e cultura política e da organização dos meios de comunicação social.

POLÍTICA E MÉDIA

MODERADOR: Nilza de Sena – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *O posicionamento ideológico dos líderes partidários portugueses nos debates televisivos: as eleições legislativas de 2009***Autor:** PAULA ROCHA (pauinharocha@gmail.com)
ANDRÉ AZEVEDO ALVES (azevedoalves@ua.pt)**Instituição:** Univ. Aveiro**RESUMO**

Partindo das discussões na literatura sobre o possível atenuamento da manifestação de clivagens ideológicas entre os partidos de Esquerda e de Direita, este trabalho coloca um conjunto de hipóteses relativamente ao posicionamento ideológico dos líderes partidários nas eleições legislativas portuguesas de 2009. Para testar essas hipóteses, a investigação centra-se na análise dos debates televisivos realizados durante o período de pré-campanha eleitoral entre os líderes dos cinco partidos com assento na Assembleia da República (PS, PSD, PCP, CDS/PP e BE). Neste contexto, o trabalho procura verificar em que medida a clivagem ideológica (Esquerda-Direita) está presente nesses debates televisivos e também os ajustamentos de posicionamento ideológico dos líderes em função do adversário. Para o efeito, a metodologia seguida foi a de analisar detalhadamente o conjunto dos debates realizados, classificando de forma tão objectiva quanto possível as propostas efectuadas no âmbito de várias categorias de posições de esquerda e de posições de direita. Os resultados permitem aferir empiricamente o posicionamento ideológico relativamente a essas categorias dos cinco líderes partidários e também retirar várias conclusões sobre o comportamentos dos candidatos nos debates televisivos, o que é especialmente relevante dada a importância da Televisão como meio privilegiado de contacto entre os partidos e os eleitores.

POLÍTICA E MÉDIA

MODERADOR: Nilza de Sena – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Justiça política e transição em Portugal: o caso da RTP***Autor:** MARIA INÁCIA REZOLA (rezola@yahoo.com)**Instituição:** FCSH-UNL**RESUMO**

Os estudos sobre a questão da Justiça Política nas transições para a democracia têm conhecido, sobretudo nos últimos anos, consideráveis progressos, nomeadamente no que diz respeito aos casos integrados na chamada *Terceira Vaga* de democratização¹.

Relativamente ao *caso* português, e apesar da ideia generalizada de que o processo de “purgas” terá sido limitado, três décadas depois do 25 de Abril de 1974, são ainda escassos os estudos que nos permitam conhecer em detalhe a forma como a Democracia lidou com o seu passado repressivo. A par dos trabalhos pioneiros de António Costa Pinto (Pinto: 1998 e 2008), apenas são conhecidos alguns estudos sectoriais e lacunares incidindo sobre a Polícia Política (Raimundo: 2007), Educação (Serra: 2008) e Justiça (Rezola: 2008). Pouco ou nada se sabe, por exemplo, sobre o que efectivamente se passou na Comunicação Social, sector consensualmente considerado como fundamental para a definição da natureza do novo regime político.

Inserida no âmbito do projecto *Justiça política na transição para a democracia em Portugal (1974-2008)* (PTDC/HIS-HIS/103286/2008), com a presente comunicação, propomo-nos analisar a situação específica da Radiotelevisão Portuguesa (RTP) durante o período revolucionário, pretendendo assim dar um contributo para o estudo dos media e da justiça transicional em Portugal.

¹. A par de abundante bibliografia, encontram-se também disponíveis algumas bases de dados, como a produzida no âmbito do projecto «The Transitional Justice Data Base Project», da Universidade de Wisconsin, que abrem novas perspectivas para esta área de estudos – Cf. <http://www.tjdbproject.com/index.php>.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (4/4)**COMO SE FAZ A CIÊNCIA POLÍTICA. METODOLOGIAS DE ANÁLISE POLÍTICA EM PORTUGAL II**

MODERADOR: Thierry Dias Coelho – FCSH-UNL / DISCUSSANT: Marco Lisi –FCSH-UNL

Título da Comunicação: *Os estudos europeus na ordem do dia da ciência política em Portugal (1986-2011)***Autor: ALICE CUNHA (alice_mpbcc@portugalmail.pt)****Instituição: IHC/FCSH-UNL****RESUMO**

Após a criação, primeiro da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, e sobretudo depois da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957, apareceu uma nova “indústria académica frouxamente descrita como estudos da Comunidade Europeia” (DINAN, 2006: 307), actuais Estudos Europeus. Mas seria apenas no VIII Congresso Mundial de Ciência Política, que se realizou em Munique em 1970, que a integração europeia seria reconhecida como área de estudo académico.

Em Portugal, teríamos que aguardar pela adesão à CEE, em 1986, para se começar a desenvolver, com maior intensidade, o interesse por esta área e a produzirem-se os primeiros trabalhos, havendo, desde então, uma multiplicação de estudos, publicações e conferências.

Nesta comunicação, pretendemos (1) avaliar se as questões europeias são um tema frequente na Ciência Política em Portugal, em que medida, em que áreas de estudo, em que universidades, quem mais trabalha estas questões e com que métodos, desde 1986 até à actualidade; de modo a (2) confirmar a (in)existência da sub-disciplina de Estudos Europeus na Ciência Política portuguesa.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (4/4)**COMO SE FAZ A CIÊNCIA POLÍTICA. METODOLOGIAS DE ANÁLISE POLÍTICA EM PORTUGAL II**

MODERADOR: Thierry Dias Coelho – FCSH-UNL / DISCUSSANT: Marco Lisi –FCSH-UNL

Título da Comunicação: *The value of political connections in the closing years of authoritarian Portugal***Autor: PEDRO TEIXEIRA (pedropteixeira@gmail.com)****Instituição: NOVA School of Business and Economics****RESUMO**

Este artigo examina os efeitos de um conjunto de eventos políticos ocorridos em Portugal de 1968 a 1974 sobre o valor de mercado de empresas politicamente afiliadas, partindo da nova série histórica de cotações da Bolsa de Valores de Lisboa. Providencia dois novos critérios para a identificação da afiliação política: financiamento pelo Plano Marshall e ligações com a polícia política portuguesa (PIDE). É proposta a quantificação do impacto dos eventos considerados sobre as cotações das acções em duas partes: análise por evento singular (seguindo a metodologia da literatura relacionada) e por séries econométricas temporais, através da sinalização de todos os eventos políticos como pró-regime ou contra o regime, constituindo assim uma nova aplicação metodológica. A análise por séries temporais mostra que os eventos políticos pró-regime têm um impacto positivo nas cotações de todas as empresas, observando-se o inverso após a ocorrência de eventos contra o regime. A afiliação à PIDE diminui a magnitude de ambos os efeitos. Por fim, os resultados indicam também que os efeitos relacionados com a afiliação dependem fortemente da composição sectorial e da dimensão das empresas.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (4/4)**COMO SE FAZ A CIÊNCIA POLÍTICA. METODOLOGIAS DE ANÁLISE POLÍTICA EM PORTUGAL II**

MODERADOR: Thierry Dias Coelho – FCSH-UNL / DISCUSSANT: Marco Lisi –FCSH-UNL

Título da Comunicação: *Survey techniques to measure normative issues: challenges to the study of corruption***Autor: LUÍS DE SOUSA (luis.sousa@ics.ul.pt)****Instituição: ICS-UL****RESUMO**

Surveys have been used extensively to measure key aspects of social, institutional and economic life. In that regard, the study of corruption is no exception. Academics have gone at great length to measure corruption through survey techniques. People have been asked their own definition/interpretation of corruption through specific scenarios; predispositions to (dis)obey the law or act (dis)honestly; experience(s) with corruption and with the reporting of corruption; evaluation of most sensitive areas and the performance of existing or possible anticorruption mechanisms/instruments; etc. Perceptions based indexes, such as Transparency International's Corruption Perceptions Index (CPI), the Global Corruption Barometer or Kaufmann's Worldwide Governance Indicators, have been created and widely diffused as proxy measurements of corruption and anticorruption performance. Despite their popularity amongst academics and practitioners, neither of these large-scale survey instruments has contributed decisively to a better understanding of the cultures of corruption. There are a number of difficulties, or perhaps challenges, in studying corruption using survey research methods. The first and most difficult aspect to address is the fact that corruption is to a great extent unmeasurable, due to its opaque nature. Another exceptional characteristic of this phenomenon is the fact that everybody condemns corruption. Corruption, contrary to other socially relevant issues such as cloning or euthanasia does not raise dichotomous positions across social groupings in a given society. Everybody seems to agree, at the symbolic level, that corruption is "a bad thing", yet at the strategic level people are indifferent, tolerant and even accomplice to its occurrence. All these aspects raise several empirical challenges to the use of opinion surveys as indicators to assess different attitudes towards corruption across countries and the way these have evolved in recent years. This paper will try to address some of these challenges and point to possible solutions.

**THE US WITHDRAWAL FROM AFGHANISTAN AND ITS IMPLICATIONS FOR
REGIONAL ACTORS**

MODERADOR: Licínia Simão - CES-UC

Título da Comunicação: *China's turn in Afghanistan?*

Autor: GRACIA ABAD QUINTANAL (gabad@nebrija.es)

Instituição: Univ. Antonio de Nebrija

RESUMO

During different periods and with different approaches both the Soviet Unión and the United States have attempted to secure their control of Afghanistan or, at least, to increase their leverage over the Central Asian country. Now it seems to be China's turn.

In the context of the US announcement of its plans to withdraw from Afghanistan this year, the PRC is going to enjoy an unparalleled opportunity to enhance its role in Afghanistan and the Central Asian region as a whole. In order to do so, however, China will have to carry a much greater share of the burden to counter the threats posed by Islamist and Transnational Crime Organizations and movements in the area.

This paper will try to show how, in spite of those challenges, Beijing is likely to take advantage of this opportunity. In fact, it seems resolved to do so, as the contributions it is already making to increase the development, security and stability levels in Afghanistan -it is involved in training programs for the Afghan forces, development of infrastructures and projects alike- show.

To deal with these issues, the paper relies on the use of both, published and secondary sources as well as primary sources and official and unofficial statistics.

**THE US WITHDRAWAL FROM AFGHANISTAN AND ITS IMPLICATIONS FOR
REGIONAL ACTORS**

MODERADOR: Licínia Simão - CES-UC

Título da Comunicação: *The US withdrawal from Afghanistan and its consequences for Pakistan*

Autor: ALBERTO PRIEGO MORENO (apriego@upcomillas.es)

Instituição: Universidad Complutense de Madrid

RESUMO

In March 2010 in Afghanistan, the current US Secretary of Defense, Robert Gates stated that American troops would withdraw from Afghanistan by July 2011. However he added that a significant number of soldiers would remain in the Central Asian country, at least till 2014.

Afghanistan should assume, step by step, its responsibility and provide security and stability to its citizens but it's Pakistan that will be lost out with American withdrawal. If Afghanistan needs the US military presence Pakistan cannot live without it because the latter is much more dangerous, unstable place than the former.

In the 2014 scenario, Pakistan will have to assume important security responsibilities such as border control, fight against radicalism or a real counternarcotics policy for which it does not seem to be prepared.

The US withdrawal from Afghanistan will create a chaotic situation not only in Afghanistan but also and overall in Pakistan.

GOVERNAÇÃO LOCAL

MODERADOR: Filipe Teles - Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *Cooperação ou fusão: singularidades da reforma da governação local em Portugal***Autor: FILIPE TELES (filipe.teles@ua.pt)****Instituição: Univ. Aveiro****RESUMO**

O Documento Verde da Reforma da Administração Local identifica um conjunto de objectivos que necessitam de ser atingidos num prazo extremamente curto. Apesar da fusão de municípios ter sido a principal estratégia aconselhada no acordo com UE/FMI/BCE, o governo português e as autoridades locais têm sugerido uma abordagem alternativa. Pretendemos analisar o enquadramento que permitiria justificar a proposta inicialmente indicada, dados os significativos problemas de escala enfrentados pelos municípios, e simultaneamente apresentar os argumentos que apoiam os cenários estabelecidos no Documento Verde. Esta reforma inclui a possibilidade de fusão de municípios, mas centra-se essencialmente no desenvolvimento de mecanismos de cooperação intermunicipal, combinados com estratégias parciais de delegação/descentralização de competências. Esta permitirá o alargamento das competências das Comunidades Intermunicipais, ficando ainda por definir se assente numa base voluntária ou de imposição central. Dados comparativos facilitam a compreensão do enquadramento e da justificação para eventuais fusões. No entanto, iremos analisar os argumentos a favor da alternativa proposta, particularmente os que decorrem das *fronteiras de identidade*, do municipalismo histórico e da *accountability* democrática. Este *paper* pretende, assim, contribuir para a discussão sobre os mecanismos para ultrapassar o conflito entre eficiência de políticas públicas e identidade local.

GOVERNAÇÃO LOCAL

MODERADOR: Filipe Teles - Univ. Aveiro

Título da Comunicação: *Las asociaciones como grupos de interés en la política de participación ciudadana. Caso de Madrid***Autor:** LORENA GONZÁLEZ (lorena.vasquez@uah.es)**Instituição:** Universidad de Alcalá**RESUMO**

Desde la década del noventa muchos gobiernos locales, especialmente en Europa y en América, han incluido en sus marcos normativos y en sus prácticas de gestión mecanismos de participación ciudadana involucrando a los ciudadanos en los procesos de política pública. No obstante, la política de participación en cada ciudad es el resultado de la confluencia de diversos actores que negocian y pugnan entre sí por sobreponer sus intereses, uno de los cuales son las asociaciones como actores sociales organizados.

Madrid, al igual que otras ciudades españolas, promulgó en el año 2004 un Reglamento de Orgánico de Participación Ciudadana (ROCP), bajo el gobierno de Alberto Ruiz Galardón, quien en el período de gobierno anterior como presidente de la Comunidad Autónoma de Madrid había negociado un plan de inversiones con la Federación de Asociaciones de Vecinos de Madrid. El presente paper busca responder a las preguntas ¿las asociaciones tuvieron un rol central en la elaboración del ROCP? ¿Cuál es la capacidad de presión de las asociaciones como grupos de interés en la política pública de participación de la ciudad de Madrid? ¿El ROCP respondió a sus intereses?

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO ESTADO SOCIAL

MODERADOR: Hermano Carmo - ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *A reforma da insolvência de particulares: o fracasso do estado social e a partilha do risco***Autor:** CATARINA FRADE (cfrade@fe.uc.pt)**Instituição:** CES-UC**RESUMO**

Um dos reflexos mais vigorosos e insidiosos que decorrem da atual crise financeira global e da crise das dívidas soberanas europeias resulta no agravamento das condições de vida de uma larga faixa da população de diversos países como Portugal, onerada, em muitos casos, pela contratação de crédito ao consumo barato, acessível e sedutor. Esse agravamento das condições financeiras das famílias decorrente da perda ou da precarização do emprego, da redução forçada e por decerto de salários e benefícios sociais e do agravamento dos custos das despesas correntes em nome dos compromissos assumidos para a recuperação das finanças públicas nacionais está a fazer colapsar um número cada vez maior de devedores singulares que são canalizados em larga medida para a insolvência e a liquidação patrimonial.

A pressão crescente sobre os regimes falimentares em Portugal e noutros países europeus vem expor as inconsistências, debilidades e até os falsos moralismos que orientaram a construção legal e a prática jurisprudencial neste domínio. Imbuídos de uma concepção fortemente culpabilizante dos devedores singulares, estes regimes conceberam mecanismos restritivos de acesso e de saída que são hoje questionáveis face à desregulamentação do mercado financeiro que fomentou um acesso generalizado ao crédito em condições nem sempre sustentáveis e, sobretudo, ao atual retraimento do Estado social de matriz europeia, enquanto sistema de securitização de certos riscos sociais.

Discutir os termos de uma revisão dos regimes da insolvência das pessoas singulares (como o Memorandum da Troika deixa antever para o caso português), à luz dos novos constrangimentos financeiros e sociais e da procura em massa deste mecanismo como saída para a crise financeira das famílias é o que se propõe nesta comunicação. A lógica subjacente é a de que a regressão do Estado social tem de ser atenuada com uma flexibilização do acesso à insolvência e ao perdão de dívidas. Desta forma haverá condições para transferir uma parte do risco que neste momento só onera praticamente as famílias para o outro ator da relação de crédito, as instituições de crédito.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO ESTADO SOCIAL

MODERADOR: Hermano Carmo - ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Políticas públicas para la inclusión social de las personas con discapacidad en España***Autor:** HÉCTOR ÁLVAREZ GARCIA (halvarez@bec.uned.es)**Instituição:** UNED**RESUMO**

En el mundo hay más de mil millones de personas con alguna forma de discapacidad y, según la OMS, esta cifra aumentará en los próximos años debido al envejecimiento de la población y al aumento mundial de las enfermedades crónicas. Esta dura realidad es la razón de este trabajo y exige un compromiso activo de los poderes públicos y de la sociedad civil para ofrecer una respuesta integral a la discapacidad conforme a los valores y principios que fundamentan el Estado social y democrático de Derecho.

El objeto de este trabajo es el análisis de las políticas públicas implementadas en la última década en España para conseguir la inclusión social de este importante grupo social formado por más de cuatro millones de personas, combatiendo la discriminación, la injusticia y garantizando la igualdad de oportunidades en el disfrute de los derechos y libertades. Asimismo, examinaremos las condiciones de viabilidad para su exportación a otros países del mundo en los que los derechos y libertades de las personas con discapacidad son sistemáticamente vulnerados, al ser un colectivo discriminado, marginado y preterido por los gobiernos y la ciudadanía.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO ESTADO SOCIAL

MODERADOR: Hermano Carmo - ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Nova geração de políticas públicas - a rede nacional de cuidados continuados integrados*

Autor: JOSÉLIA GONÇALVES (joselia.m.goncalves@gmail.com)

Instituição: ACTAE-NICPRI

RESUMO

Num contexto em que se assiste a uma crítica generalizada ao funcionamento e desempenho da Administração Pública pelas variadíssimas disfunções que apresenta, começam a surgir na agenda do paradigma das políticas públicas a necessidade de se introduzirem novos modelos que reclamem uma Administração menos dispendiosa, mais eficiente e que responda às necessidades e exigências de uma sociedade dinâmica e de um estado social em constante mudança.

A Rede emerge integrada numa nova geração de políticas públicas, assumindo uma relevância crescente em Portugal. O presente artigo analisa o planeamento, gestão, e implementação no contexto da região Algarvia. A aplicação desta nova geração de políticas públicas pode vir a significar e reflectir uma inflexão no posicionamento estratégico da Administração face à adopção de políticas públicas que visem a satisfação de necessidades colectivas.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO ESTADO SOCIAL

MODERADOR: Hermano Carmo - ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Federalismo e desigualdades sociais no Brasil atual***Autor:** MÁRCIA SOARES (marciamsoares@uol.com.br)**Instituição:** Univ. Federal de Minas Gerais**RESUMO**

A comunicação irá analisar dois aspectos centrais da política brasileira a partir da Carta Constitucional de 1988: o federalismo e a desigualdade social. O federalismo, cerceado em sua manifestação efetiva no período ditatorial de 1964-85, emergiu com força no processo de redemocratização e se revestiu do caráter de descentralização. A demanda federativa era pela ampliação de poder dos níveis subnacionais, o que significava maior autonomia política e descentralização fiscal em benefício de estados e municípios. Outra questão central presente no processo constitucional foi a desigualdade social. Tratava-se de promover maior justiça social em um país historicamente excludente e elitista. Como conciliar os dois propósitos? Quais foram as respostas dadas pelos constituintes para tornar o Brasil mais federal e mais justo? Estas questões constituem as indagações do trabalho. Consideramos que a Constituição significou avanços nas duas questões, mas apresentou omissões e incongruências que necessitaram ser ajustadas posteriormente. Contudo, o arranjo federativo no Brasil ainda é algo em aberto, com pouca clareza quanto ao tipo e grau de centralização/descentralização que devem permear as relações intergovernamentais. Parte desta indefinição reside justamente nos dilemas e desafios associados à busca por um país mais justo.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO ESTADO SOCIAL

MODERADOR: Hermano Carmo - ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Envelhecimento e saúde em Portugal. Políticas e práticas***Autor:** TERESA FERREIRA RODRIGUES - FCSH-UNL (trodrigues@fcs.unl.pt)
INÊS CAMPOS RODRIGUES - CEPESE-UP (rodrigues.inesc@gmail.com)**RESUMO**

O planeamento e a monitorização no sector das Políticas Públicas exigem instrumentos que aumentem o conhecimento e auxiliem no processo de tomada de decisão. Este é o propósito do projecto PTDC/CS-DEM/109967/2009. Desejamos apresentar as primeiras conclusões da investigação já realizada, salientando a relação entre o cenário inevitável de envelhecimento das estruturas etárias nos próximos anos, o impacto dessas mudanças no que concerne à pressão esperada sobre o sistema de saúde e o modo como esta pode ser influenciada positivamente pelo evoluir de um dos principais impulsores do desenvolvimento individual e comunitário, a educação. Utilizamos para tal o «*multistate projection model*» (Andrei Rogers, IIASA). Este modelo integra na sua concepção e aplicação uma perspectiva interdisciplinar e permite aumentar a precisão das projecções demográficas, ao considerar diferentes dimensões que conduzem à heterogeneidade verificada entre elementos de uma mesma população. Deste modo, o planeamento estratégico e a definição de objectivos, particularmente em sectores em que as decisões políticas e de investimento têm efeitos de longo prazo, como é o caso da educação, poderão ser favorecidos pela utilização desta metodologia. Como tal, o seu contributo pode estender-se a todos os campos onde o capital humano desempenhe um papel relevante.

SISTEMAS DE GOVERNO MULTI-NÍVEL

MODERADOR: João Bilhim - ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *The regional cleavage applied to the Canary Islands (Spain)***Autor:** JORGE TUÑÓN (jorgetn@gmail.com)**Instituição:** Univ. Carlos III de Madrid**RESUMO**

The Canaries are one of the regions with more specificity all over Spain and Europe, due to its geographical characteristics: insularity, fragmentation, and distance to the Spanish and European political centres. Despite these inconveniences have been properly taken into account at both, European (Ultra-peripheral recognition within the Treaty of the European Union) and Spanish (“hecho diferencial” specific recognition) levels; the regional/national or centre/periphery cleavage dominates Canary politics. Therefore, this research paper will acknowledge how and to what extent the regional cleavage determines Canary politics at both, national and European levels. Thus, the Centre-Periphery cleavage in Spain and the Canaries; the political competition in the Canaries within the regional cleavage framework; the attitudinal characterisation of the Canary electorate through the national/regional dimension; and the Ultra peripheral cleavage at European scale within the Canary EU mobilization framework, (among other main issues), will be dealt with.

SISTEMAS DE GOVERNO MULTI-NÍVEL

MODERADOR: João Bilhim - ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Multi-level governance: power-sharing in the unitary state - the case of Portugal***Autor:** TERESA RUEL - ISCSP-UTL (teresaruel@gmail.com)
JORGE TUÑÓN - UNIV. CARLOS III DE MADRID**RESUMO**

The Autonomous Regions of Portugal (Azores and Madeira) are defined in their institutional framework as an administrative and political self-government entity. They were created grounded in the local tradition, as an attempt to the decentralization of political and administrative power, in order to minimize the distance between the government and the citizens, as well as to minimize the geographical distance. The terms of autonomy and self-government are often used as a synonymous. It determines a way of living which enjoys an extend degree of freedom to lead with their own issues, in spite of the state control. It's the «capacity to take decisions and to implement them on the basis of adequate resources. For it to be effective, political autonomy must include statutory, legislative and, above all, at least some financial autonomy» (Newton: 1997:123).

The purpose of this communication underlines the institutional arrangements, the features of political in the Portuguese Autonomous Regions in Portugal as a regional tier of government within state.

**SOCIEDADE CIVIL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL, 1974-2010 I:
PADRÕES DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA**

MODERADOR: Tiago Fernandes - FCSH-UNL

DISCUSSANT: Diego Palacios Cerezales - Univ. Complutense de Madrid

Título da Comunicação: *Sociedade civil e qualidade da democracia: Portugal 1974-2010*

Autor: RUI BRANCO (rui.branco@fcsh.unl.pt)
TIAGO FERNANDES (tiago.fernandes@eui.eu)

Instituição: FCSH-UNL

RESUMO

This paper studies the relationship between civil society and the quality of democracy by looking at the patterns of development of the Portuguese civic landscape, in the democratic period (1974-2010). It is set in the comparative framework of third wave new democracies.

In our view, the crucial connection between civil society and the quality of democracy is the extent to which voluntary associations give voice and empower popular to middle sectors, common people, the poor, the excluded.

We look at the universe of voluntary associations created in Portugal between 1974 and 2010 (some 61.000), from the National Registar of Associations (Ministry of the Interior). Employing a typology of associations, we analyse their general patterns of development and, specifically, the patterns of associations representing popular, middle class and cross-class constituencies.

While finding that democracy was very favorable to the whole of civil society, we also found that, *from the perspective of the quality of democracy*, the emerging picture is more nuanced.

In order to explain these findings, and after reviewing a set of competing theories, we present, as a preliminary argument, that differences in the patterns of development of popular civil society are explained by different pattern of state-society relations, and these by were shaped by the timing of the creation and enactment of institutions and policies, specifically whether they were set up before or after the transition to democracy.

SOCIEDADE CIVIL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL, 1974-2010 I:
PADRÕES DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA

MODERADOR: Tiago Fernandes - FCSH-UNL

DISCUSSANT: Diego Palacios Cerezales - Univ. Complutense de Madrid

Título da Comunicação: *Autonomia e controlo: dinâmicas da relação entre estado e associações em Portugal no período 1823-1933*

Autor: FREDERICO ROCHA (fredericoprocha@gmail.com)

Instituição: FCSH-UNL

RESUMO

Perante a emergência, no decorrer das últimas décadas, de novos partidos de extrema-direita um pouco por toda a Europa, também a produção académica tem-se, nesse sentido, esforçado por conseguir compreender e sistematizar um fenómeno que é ainda tão complexo como variado. Não obstante, há ainda um longo caminho a percorrer, tanto na conceptualização destas forças políticas como na designação clara das questões que mais influem no seu sucesso ou falhanço. Pretende assim esta comunicação analisar, em particular, o contributo do processo de consolidação e institucionalização das estruturas internas destes partidos para o papel que vêm a adquirir no sistema político dos respectivos países, recorrendo a um estudo comparativo de 4 casos distintos: a Dinamarca, a Suécia, a Eslováquia e a Polónia.

**SOCIEDADE CIVIL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL, 1974-2010 I:
PADRÕES DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA**

MODERADOR: Tiago Fernandes - FCSH-UNL

DISCUSSANT: Diego Palacios Cerezales - Univ. Complutense de Madrid

Título da Comunicação: *Petições ao parlamento: pistas para uma avaliação da sua eficácia*

Autor: TIAGO TIBÚRCIO (tiagotib@gmail.com)

Instituição: CIES/ISCTE - IUL

RESUMO

Ao longo da última década, tem-se assistido a um renovado interesse dos parlamentos pelo velhinho direito de petição (provavelmente o mais antigo dos direitos políticos dos cidadãos), com o objectivo declarado de aproximar os cidadãos dos seus representantes e do sistema político. Adoptando uma perspectiva multidimensional, exploramos nesta apresentação alguns dos factores que permitem avaliar a eficácia deste direito de participação, pretendo-se contribuir desta forma para ultrapassar a fase de avaliação intuitiva deste direito por via dos resultados, ou seja, da satisfação do pedido. A nossa análise incidirá primordialmente sobre a forma como este direito tem sido usado pelos peticionários (cidadãos ou entidades colectivas, prossequindo o interesse geral ou particular) e no impacto que a introdução de um sistema de petições electrónicas (contribuiu para aumentar a participação? Aumentou a transparência? Qual a resposta do Parlamento?) teve neste instituto

**SOCIEDADE CIVIL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL, 1974-2010 I:
PADRÕES DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA**

MODERADOR: Tiago Fernandes - FCSH-UNL

DISCUSSANT: Diego Palacios Cerezales - Univ. Complutense de Madrid

Título da Comunicação: *Repertórios de desmobilização: estruturas, redes e trajectórias militantes no processo de desvinculação política*

Autor: GUYA ACCORNERO - CIES/ISCTE – IUL (guyaaccornero@hotmail.com)
MANUEL VILLAVERDE CABRAL - ICS-UL (mvcabral@ics.ul.pt)

RESUMO

Se a sociologia dos movimentos sociais se tem ocupado amplamente do como e do porque as pessoas se mobilizam, raras são ainda as investigações que se ocupam da «desvinculação» da militância. De um ponto de vista macro, Sidney Tarrow e Charles Tilly mostraram que, no fim de um ciclo de mobilizações, há um realinhamento das elites e, por conseguinte, um fechamento das oportunidades para os movimentos, acompanhado por dinâmicas de desmobilização, institucionalização e radicalização. Por seu turno, Doug McAdam questionou em parte o determinismo dessas conclusões. Na sua opinião, no processo de desmobilização (como de mobilização) é oportuno analisar a importância das redes sociais, como elemento de mediação entre o militante e a estrutura. Olivier Fillieule mostra, numa interpretação que deve muito a Albert Hirschman, que a desmobilização depende: das características da organização, da história militante e dos seus custos físicos e materiais, do nível de coesão do grupo, do grau de ligação com o exterior e da existência de possíveis saídas laterais que permitam reconverter os recursos adquiridos.

Com base nestas reflexões teóricas, o objectivo deste paper será de seguir, a um nível micro, as dinâmicas de desmobilização que se manifestaram em Portugal imediatamente a seguir o PREC e no início da consolidação democrática, com especial atenção aos percursos e as trajectórias individuais dos militantes.

CONFLITO E COOPERAÇÃO POR RECURSOS NATURAIS:**UMA PERSPECTIVA DE SEGURANÇA HUMANA**

MODERADOR: Marcos Farias Ferreira – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Segurança energética e segurança climática em colisão: a perspectiva da segurança humana***Autor:** PEDRO FONSECA (pfonseca@iscsp.utl.pt)**Instituição:** ISCSP-UTL**RESUMO**

Nos últimos dois séculos a Humanidade construiu um sistema energético baseado nos combustíveis fósseis que lhe possibilitou, apesar das desigualdades, um crescimento sem paralelo da riqueza e bem-estar. Contudo, a queima de combustíveis fósseis tem vindo a contribuir para o crescimento da concentração de GEE na atmosfera, aumentando a probabilidade de ocorrerem fenómenos climatéricos extremos que ameaçam a segurança humana, podem contribuir para o surgimento de conflitos violentos e para o agravamento das condições de vida em vários pontos do planeta, assim como estar na origem de Estados falhados, de crises humanitárias e de massas migratórias de grandes dimensões. Todavia, os temas da responsabilidade histórica, da justiça climática, da divisão norte-sul, das desigualdades de desenvolvimento, da vulnerabilidade climática e da mobilização de fundos têm-se assumido como obstáculos inultrapassáveis para as negociações climáticas. É evidente que a segurança energética e segurança climática se encontram em profunda oposição, assim como as prioridades da primeira se têm sobreposto às da segunda. Para enfrentar o problema climático serão necessárias medidas difíceis e complexas que exigem uma profunda redefinição dos paradigmas económico e de segurança.

CONFLITO E COOPERAÇÃO POR RECURSOS NATURAIS:**UMA PERSPECTIVA DE SEGURANÇA HUMANA**

MODERADOR: Marcos Farias Ferreira – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Segurança humana e adaptação às mudanças climáticas: a captação e Armazenamento da água das chuvas nas ilhas Fiji***Autor:** **MARCOS FARIAS FERREIRA** (marcosfariasferreira@gmail.com)**Instituição:** **ISCSP-UTL****RESUMO**

A seca que tem afetado Tuvalu, Tokelau e Samoa chamou recentemente a atenção para o tópico da segurança hídrica e para a alteração de padrões associados à mudança climática. A Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos têm cooperado no sentido de garantir fornecimentos de água de emergência e unidades de dessalinização aos estados mais afetados do Pacífico. Ao mesmo tempo, o debate tem-se aprofundado em torno das questões de longo prazo relativas a como fortalecer a capacidade de abastecimento de água potável, às consequências da pressão populacional, às vantagens e desvantagens dos realojamentos planejados em toda a região e à questão mais abrangente das estratégias de adaptação à mudança climática.

Esta comunicação pretende assim descrever e refletir, no contexto das questões levantadas acima, sobre o projeto de captação e armazenamento da água das chuvas posto desenvolvido pela ONG Global Vision International, no grupo das Yasawa, nas Ilhas Fiji.

CONFLITO E COOPERAÇÃO POR RECURSOS NATURAIS:
UMA PERSPECTIVA DE SEGURANÇA HUMANA

MODERADOR: Marcos Farias Ferreira – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Recursos naturais, degradação ambiental e segurança humana na Ásia central*

Autor: NUNO VENTURA (nuvem.ventura@gmail.com)

Instituição: ISCSP-UTL

RESUMO

Esta comunicação explorará o modo como a competição pelos recursos naturais e a degradação ambiental possuem o potencial para desencadear conflitos de baixa intensidade entre comunidades locais, ou até mesmo o intensificar de tensões potencialmente explosivas entre Estados ou regiões. A Ásia Central, com as suas enormes jazidas de gás natural, petróleo e até mesmo urânio constitui uma região do globo onde as receitas com origem nos recursos naturais pouco têm beneficiado a segurança sócio - económica e política das suas populações. Pelo contrário, a poluição e degradação decorrentes de uma gestão incorrecta dos recursos energéticos tem precipitado a poluição e acentuado a utilização incorrecta daquele que é porventura o verdadeiro “Ouro Azul” para a região, a sua água. O tema é de tal forma premente que o General Anthony Zinni, antigo comandante do Comando Central norte-americano responsável pela Ásia Central terá reconhecido recentemente que “já vimos guerras por petróleo, estamos prestes a ver guerras por água.”

A SEGURANÇA EUROPEIA EM MUDANÇA: NOVAS AMEAÇAS E NOVAS ABORDAGENS

MODERADOR: Ana Isabel Xavier – NICPRI-UM / DISCUSSANT: André Barrinha – Univ. Coimbra

Título da Comunicação: *A dimensão de segurança energética a “parceria a leste” da União Europeia***Autor:** VANDA AMARO DIAS (vandadias@ces.uc.pt)**Instituição:** FEUC-UC**RESUMO**

A forte dependência energética da União Europeia (UE) tem sido evidenciada, nos últimos anos, pelos cortes no abastecimento russo, na sequência de desentendimentos com os países do espaço pós-soviético. Daqui resultou a elevação da questão da segurança energética na agenda europeia, que se torna uma questão incontornável na condução da sua política externa. Neste sentido, este artigo visa analisar a dimensão de segurança energética da ‘Parceria a Leste’ e a forma como esta tem sido abordada no âmbito das relações da UE com a sua vizinhança. Inicialmente formulada em 2008, esta iniciativa parte do princípio que a segurança da UE começa fora das suas fronteiras e, como tal, é seu interesse promover a estabilidade e prosperidade na sua vizinhança. A segurança energética surge como uma das principais dimensões da “Parceria a Leste”, que reconhece a importância destes países não só para a diversificação do fornecimento energético da UE, mas também para a superação da dependência energética e vulnerabilidade política face a Moscovo.

A SEGURANÇA EUROPEIA EM MUDANÇA: NOVAS AMEAÇAS E NOVAS ABORDAGENS

MODERADOR: Ana Isabel Xavier – NICPRI-UM / DISCUSSANT: André Barrinha – Univ. Coimbra

Título da Comunicação: *A União Europeia e a resolução de conflitos: que mudanças depois do tratado de Lisboa?***Autor:** LICÍNIA SIMÃO (liciniasimao@ubi.pt)**Instituição:** UBI**RESUMO**

A União Europeia (UE) tem-se afirmado como um actor central para a segurança do espaço europeu, quer através das suas políticas de integração e estabilização, quer através de novas capacidades de prevenção e gestão de crises. Um aspecto central da sua acção é a conjugação de instrumentos civis e militares, emprestados de instrumentos comunitários e de políticas de carácter intergovernamental. Esta natureza multi-pilar da acção da UE tem sido geralmente vista como uma mais-valia da sua actuação em situações de crise, criando continuidade entre a prevenção, a acção de emergência e a estabilização pós-conflito. Esta proposta analisa o novo quadro institucional do Tratado de Lisboa, para identificar em que medida as alterações em curso reforçam a capacidade de actuação da UE e a eficácia da sua acção, nomeadamente na conjugação dos seus instrumentos civis e militares.

A SEGURANÇA EUROPEIA EM MUDANÇA: NOVAS AMEAÇAS E NOVAS ABORDAGENS

MODERADOR: Ana Isabel Xavier – NICPRI-UM / DISCUSSANT: André Barrinha – Univ. Coimbra

Título da Comunicação: *A União Europeia e a Guiné-Bissau: genealogia de uma relação difícil*

Autor: TERESA ALMEIDA CRAVO (tcravo@fe.uc.pt)

Instituição: FEUC-UC

RESUMO

Esta comunicação analisa de forma crítica a relação entre a União Europeia e a Guiné-Bissau, especialmente desde 2005, quando este país da África Ocidental passou a estar na agenda internacional devido ao seu envolvimento proeminente no narco-tráfico internacional. Explorando, num primeiro momento, o discurso negativo sobre a Guiné-Bissau enquanto “periferia ameaçadora”, este estudo apresenta uma reflexão sobre os motivos para a criação da missão de Reforma do Sector de Segurança da UE no país, assim como o seu impacto para ambos os actores.

**IMPORTÂNCIA DE PERSPECTIVAS NÃO-OCIDENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO
DA TEORIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MODERADOR: José Manuel Pureza – CES-UC

Título da Comunicação: *A importância do contexto na análise em RI: o caso da China*

Autor: SOFIA FERNANDES (sofia.fernandes@iscte.pt)

Instituição: ISCTE-IUL

RESUMO

Desde 2001, com o anúncio oficial da “Go out Policy” pelo vice-presidente Wu Bangguo, a China tem reforçado o seu papel como actor essencial das relações internacionais. O maior envolvimento com as instituições económicas multilaterais marcado pela adesão à OMC, iniciou uma nova fase no relacionamento externo do país, caracterizado pela prioridade concedida ao crescimento económico, veiculado em máximas como “Peaceful Rise”, posterior e circunstancialmente alterada para “Peaceful Development”, em detrimento de ambições de tipo militarista ligadas a pretensões de revisão do *status quo* internacional.

Nesta comunicação pretendemos reflectir sobre as principais linhas e princípios orientadores da política externa chinesa, tendo em conta o legado dos pensadores do final da dinastia Qing e início do período republicano (1839-1949), o período maoísta de isolamento internacional e de elevado conteúdo ideológico (1949-78) e a actual fase de ‘capitalismo com características chinesas’ em que o carácter regional da política externa chinesa adquire uma dimensão global. Procuraremos reflectir de que forma a actual procura de recursos naturais e de novos mercados permitirão manter o discurso de ‘Peaceful Development’, considerando a dicotomia existente entre princípios e pragmatismo.

**IMPORTÂNCIA DE PERSPECTIVAS NÃO-OCIDENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO
DA TEORIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MODERADOR: José Manuel Pureza – CES-UC

Título da Comunicação: *Estudos africanos, relações internacionais e interdisciplinaridade*

Autor: MARTA PATRÍCIO (marta.patricio@hotmail.com)

Instituição: ISCTE-IUL

RESUMO

As grandes questões epistemológicas e metodológicas que, nos nossos dias, enformam a organização do saber científico e a praxis científica nas diferentes disciplinas das Ciências Sociais têm gerado um grande debate na Academia, nomeadamente no que concerne aos modelos de concepção e organização dos processos de investigação científica. E isto é particularmente visível nos Estudos Africanos, pois a sua natureza e o seu lugar no actual panorama das Ciências Sociais tem originado um infindável número de questões, principalmente quanto ao confronto de conhecimentos produzidos por disciplinas científicas diferentes sobre um mesmo objecto de estudo. Toda a experiência social, independentemente do lugar onde se gera, produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Com efeito, o objectivo da comunicação é salientar a existência de diversas epistemologias nas Ciências Sociais, com especial enfoque nos Estudos Africanos e nas Relações Internacionais, reflectindo sobre as potencialidades científicas da «articulação de saberes» e da «ética intelectual» no campo de uma teoria de Relações Internacionais tendencialmente não-eurocêntrica, interdisciplinar e aplicadas aos Estudos Africanos. (171 palavras)

IMPORTÂNCIA DE PERSPECTIVAS NÃO-OCIDENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO
DA TEORIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MODERADOR: José Manuel Pureza – CES-UC

Título da Comunicação: *Paz, segurança e poder: os acordos de partilha de poder no Quênia e Zimbabué*

Autor: ALEXANDRE CARVALHO (hadscmb@gmail.com)

Instituição: ISCTE-IUL

RESUMO

Os estudos de ‘engenharia constitucional’ que propõem a adoção de políticas inclusivas para sociedades pluralistas e em transição têm sido desenvolvidos desde o período de descolonização pós II Guerra Mundial (Lijphart, 1969). No entanto, esta corrente da ciência política só recentemente começou a ser estudada numa lógica de conflitos de 3ª geração que são frequentes no continente africano. A temática dos conflitos intra-estatais contemporâneos está intimamente ligada às questões de governação e formação dos Estados e respectivos desequilíbrios estruturais. O estudo de acordos de partilha de poder num contexto de pós-conflito ganha assim cada vez maior proeminência enquanto instrumento de análise do percurso da consolidação democrática no continente africano.

Os acordos de partilha de poder têm sido progressivamente usados no continente africano como mecanismo de prevenção, resolução e gestão de conflitos violentos. Partindo da análise dos acordos de partilha de poder no Quênia e Zimbabué em 2008, alcançados num contexto de violência pós-eleitoral, a presente comunicação pretende reflectir sobre esses acordos à luz das teorias de relações internacionais. Revisitando conceitos-chave das teorias de Relações Internacionais como o poder, a segurança e a paz, pretende-se enquadrar a análise destes acordos de partilha de poder e a sua aplicabilidade no contexto africano, em particular nos casos recentes do Quênia e Zimbabué.

CIDADANIA, MIGRAÇÕES E SOCIEDADE

MODERADOR: Elisabete Carvalho – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Alunos migrantes na UA: enquadramento e integração*

Autor: STEPHANIE SILVA ALVES (ssalves@ua.pt)

Instituição: Univ. Aveiro

RESUMO

A presente comunicação pretende desenvolver uma análise comparativa acerca da integração e enquadramento dos alunos migrantes na Universidade de Aveiro no âmbito da mobilidade internacional, uma realidade que assume cada vez mais relevância no ensino superior.

A questão que se coloca diz respeito à importância que os programas de mobilidade ou a sua ausência exercem na integração dos alunos migrantes.

O objetivo desta comunicação é, assim, analisar o funcionamento das estruturas da universidade no acompanhamento/ integração dos alunos e a presença ou ausência de processos de integração académica e social de alunos migrantes. Além disso, pretende também identificar as dificuldades percebidas pelos alunos estrangeiros, sugerir mecanismos alternativos ou complementares de integração e perceber quais os interesses manifestados pelos alunos estrangeiros fora dos programas de intercâmbio/ mobilidade internacional na escolha da Universidade de Aveiro como continuidade de um percurso de formação.

CIDADANIA, MIGRAÇÕES E SOCIEDADE

MODERADOR: Elisabete Carvalho – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Um olhar sobre a violência imigrante para além da crimigração e da securitização***Autor:** MARIA JOÃO GUIA**Instituição:** FDUC/FEUC/CES-UC**RESUMO**

Os movimentos migratórios têm-se acentuado nos últimos anos, devido a desigualdades crescentes, impondo a procura de melhores condições de vida. A forma irregular como muitos migrantes são impelidos a viajar expõe-nos a uma avaliação negativa perante a sociedade de acolhimento e elege-os como potencial ameaça, evidenciada pelos meios de comunicação social. A informação disponível sobre a correlação entre o aumento da imigração e a descida da criminalidade violenta não é suficiente e é contraditória com o aumento das políticas de intolerância verificadas nos EUA, políticas que permitiram o aparecimento da crimigração, decorrente da intersecção da lei penal com a lei de imigração. Naquele país e sob a instalação da crimigração, os direitos dos não nacionais tornaram-se ténues ou até inexistentes. A securitização crescente que se tem vindo a fazer sentir veio acentuar o fosso entre o mal-estar geral da sociedade e a necessidade crescente de mão-de-obra disponível e activa para sustentar a debilidade com que os países se têm confrontado ultimamente.

Com esta comunicação, quero mostrar os resultados preliminares do meu *work-in-progress* sobre o panorama português em termos de imigração e criminalidade violenta, alertando para os perigos da instalação da crimigração e do reforço da securitização em Portugal.

CIDADANIA, MIGRAÇÕES E SOCIEDADE

MODERADOR: Elisabete Carvalho – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *O desafio da ética pública – a saúde da economia como um problema ético***Autor:** ANDRÉ BARATA (abarata@ubi.pt)**Instituição:** UBI**RESUMO**

Existem duas correlações empíricas, uma, entre desigualdade de rendimentos e desconfiança interpessoal, outra entre confiança interpessoal e imunidade à corrupção, relativamente bem evidenciadas na literatura. A estas correlações, acrescentam-se indicadores que, a respeito de Portugal, apontam para níveis de desigualdade de rendimento e de desconfiança interpessoal particularmente elevados. Apesar de, em Portugal, os indicadores de percepção de corrupção não serem, comparativamente, tão elevados quanto os indicadores anteriores, há tendências desestruturantes do espaço público que repercutem, com impacto considerável, no clima económico nacional.

A hipótese deste *paper* é que o fomento da ética pública, entendida como normatividade do espaço público, se constitui como contra-tendência imunológica, de longo termo, às tendências desestruturantes do espaço público.

Para uma fundamentação teórica da operacionalização pelos poderes públicos do conceito de ética pública são tidos em conta os enquadramentos proporcionados pela proposta de Max Weber de uma ética da responsabilidade e pela proposta de Adela Cortina de uma ética dos mínimos.

DEMOCRACIA, PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: *Party policy responsiveness in europe: testing three level causal modes***Autor:** ANA MARIA BELCHIOR – ISCTE-IUL (ana.belchior@iscte.pt)
ANDRÉ FREIRE – CIES-IUL (andre.freire@iscte.pt)**RESUMO**

Most research on political congruence has been skipping a fundamental aspect: the explanation of its causality. Party characteristics are acknowledged as relevant, but no consensus exists on its effective importance. Furthermore, no comparative analysis has yet been done concerning the implications in results of using different methods to access congruence. The article aims at responding to those goals by testing the importance of party type (catch-all *versus* ideological) in explaining the levels of intra-party congruence, comparing the main methods of assessing congruence. The study focus on the Portuguese party system and makes use of a set of 14 policy issues across two dimensions: socioeconomic left-right and libertarian-authoritarian (plus left-right self-placement). The data analysis is supported by two surveys conducted in Portugal in 2008, under the project “The Portuguese MPs in comparative perspective: elections, leadership, and representation” (references in Freire, Viegas and Seiceira, 2009).

Findings support that Portuguese catch-all parties tend to show slightly higher levels of MPs-voter congruence than more ideological parties, although it highly depends on the issue at stake. These results were supported by the different methods used (in lesser extent by centrism).

DEMOCRACIA, PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: *O papel da cooperação partidária transnacional na formação dos partidos Políticos portugueses (1974-1982): o caso da Alemanha Federal***Autor:** ANA MÓNICA FONSECA (anamonicafonseca@gmail.com)**Instituição:** ISCTE-IUL**RESUMO**

A presente proposta refere-se a work in progress. O principal objectivo da apresentação é aprofundar o papel da cooperação partidária transnacional na formação dos partidos políticos portugueses no período da transição e consolidação democrática portuguesa (1974-1982). Baseando-se no trabalho desenvolvido durante o meu doutoramento, acerca do papel da socialdemocracia alemã (especialmente o Partido Social-Democrata e a fundação Friedrich Ebert) durante a transição democrática portuguesa, procurarei agora explorar o papel desempenhado por todos os partidos políticos da Alemanha Federal (Social- Democracia – SPD; Democracia-Cristã – CDU e CSU; Liberais – FDP) no apoio à constituição e desenvolvimento dos respectivos «partidos-irmãos» portugueses, a saber o PPD/PSD e o CDS, para além do já mencionado papel do SPD junto do PS (e também do PPD/PSD). Assim, irei apresentar nesta conferência alguma da literatura sobre o assunto e explorar, nesta oportunidade única, as possibilidades de sucesso deste projecto.

DEMOCRACIA, PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: *La incidência del sistema de partidos y los partidos políticos en la profesionalización de la política: los casos de Chile y Argentina***Autor:** **MAGGI COOK** (maggi.cook@gmail.com)
MARA PEGORARO (mara.pegoraro@gmail.com)**Instituição:** **Univ. Salamanca****RESUMO**

La literatura reciente sobre el fenómeno de profesionalización de la política se ha concentrado en definir con cierta precisión qué se entiende por político profesional y sobre ello inferir las características de este supuesto proceso en expansión (Panebianco, 1982; Borchert, 2003/2007; Burns et al, 2005; Alcántara, 2007/2011;)

Se ha prestado especial atención a las características que los representantes, especialmente parlamentarios, asumen. Considerando los contextos institucionales como marcos que promueven o desalientan el desarrollo de políticos profesionales y de una política profesional.

Se asume que los políticos se desempeñan también en partidos políticos, y es nuestro interés indagar qué efectos tienen los partidos, su estructura y lógica de coordinación, así como los sistemas de partidos, sobre los políticos que denominaríamos profesionales y sobre el proceso de profesionalización.

Hemos escogido los casos de Chile y Argentina. La selección obedece a que ambos países presentan sistemas de partidos diferentes. El primero de sostenida nacionalización con partidos institucionalizados y estructurados, mientras el segundo atraviesa un proceso de desnacionalización y desestructuración, con desinstitucionalización de los partidos. Casos en este aspecto diversos pero homogéneos en la estructura institucional presidencial nos permitirá indicar si existe efecto o no de la naturaleza de los partidos y del sistema.

DEMOCRACIA, PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: *Exclusão do outro ou sujeito universal? Os processos de ativação e Ressignificação da classe trabalhadora em Venezuela e Bolívia***Autor:** MAYRA GOULART DA SILVA (mayragoulart@gmail.com)**Instituição:** Univ. Estadual do Rio de Janeiro**RESUMO**

Na década de 1990, a crise econômica e social, resultante da adesão à proposta neoliberal de enxugamento fiscal e redução da máquina estatal, instaurou uma conjuntura política favorável aos ímpetus de mudança, em grande parte dos países sul-americanos. Tais ímpetus foram, contudo, reverberados de diferentes formas. Venezuela e Bolívia, os casos escolhidos para abarcar a presente análise compartilham, pois, um espectro de singular radicalidade, eclodindo sob a forma de uma ativação do poder constituinte. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa aqui proposta é comparar estes processos de sublevação em busca de suas similitudes e dissonâncias. A hipótese inicial é que em ambos os casos a rejeição ao neoliberalismo se singulariza ao associar-se ao rechaço do sistema político que o recepcionou e ao apelo a uma identidade nacional configurada a partir de setores que se percebiam progressivamente excluídos de tal sistema. Buscar-se-á, portanto, observar os movimentos de ativação do poder constituinte a partir de processos de reconfiguração identitária por parte dos grupos sociais que o compõem, elencando os motivos pelos quais as antigas identidades, especialmente aquelas associadas à esfera produtiva – presentes, sobretudo, nos contextos de industrialização e modernização econômica – vão sendo substituídos por outras de caráter étnico e comunitário.

DESAFIOS DA CIDADANIA

MODERADOR: Roberto Merrill – Univ. Minho

Título da Comunicação: *Pensamento complexo e bom senso como educação interna do cidadão***Autor: MARCELO MORICONI (marcelo.moriconi@iscte.pt)****Instituição: CIES-IUL/ISCTE****RESUMO**

Much of the Political Science has become a narrative of reifications that allegedly materialized politics through metonymies: State, Nation, Democracy, Good Governance appears as totalized concepts with life of their own. For this Political Science, the study of the citizen –with his political insides and outsides- remains in the background or, directly, disappears. While in recent years there was an increase of studies on participatory democracy, civic education still remains understood as an education from outside, imposed.

Humanistic rhetoric and complex thinking give useful tools to educate the citizen in a wide and complex way, realizing *internal public spaces* and preparing him for a political life that begins with his own self-government. Policy and Politics are then understood as the contingent construction of the social links and the management of envy, sorrow, bitterness and unbridled ambition.

In this sense, the distinction between rationality and rationalization, proposed by Morin, helps to improve civic education and enables the (re)deposition of the good judgment as a necessary virtue for the consolidation of democracy. Skill, prudence, social responsibility and the possibility of promoting a community of people instead a society of individuals emerge as a natural question.

DESAFIOS DA CIDADANIA

MODERADOR: Roberto Merrill – Univ. Minho

Título da Comunicação: *Um homem novo? Os desafios e limites da biotecnologia no pensamento de Habermas, Dworkin, Hottois e Jonas***Autor:** SOFIA ESTANQUEIRO (sofia.estanqueiro@gmail.com)**Instituição:** Univ. Évora**RESUMO**

Numa sociedade globalizada, os avanços anunciados pela ciência e tecnologia no campo da engenharia genética (manipulação de ADN, produção de embriões humanos em laboratório, clonagem para utilização em transplantes e o diagnóstico precoce de doenças hereditárias) obrigam a uma reflexão crítica acerca dos limites da sua utilização na transformação do ser humano. A importância deste debate, que incide num futuro próximo, está na necessidade de enfrentar, desde logo, os desafios com que esta tecnologia confrontará a sociedade, com o potencial de alterar o actual conceito de humanidade.

Para além de se questionar o impacto da tecnologia na vida humana (adopção de novas práticas destinadas a preservá-la, prolongá-la ou alterá-la) é necessário analisar o contexto em que ela se desenvolve (benefícios e riscos potenciais da sua aplicação), sobretudo no que respeita a problemas de natureza jurídica, social, ética e política.

Assim, propõe-se abordar estes desafios à luz dos principais contributos teóricos de Jürgen Habermas, Ronald Dworkin, Gilbert Hottois e Hans Jonas, cujos pensamentos filosóficos constituem um instrumento fundamental para a compreensão destas problemáticas. Identificar-se-á assim os traços comuns e divergentes entre estes autores, construindo-se então um quadro teórico para a análise dos desafios tecnológicos de amanhã.

DESAFIOS DA CIDADANIA

MODERADOR: Roberto Merrill – Univ. Minho

Título da Comunicação: *Destroioresort: novos anarquistas e a velha questão do “turismo de luxo” em Tróia***Autor:** HELENA DE SOUSA FREITAS (helena@jornalismo-literatura.com)**Instituição:** CIES-IUL**RESUMO**

O empreendimento Tróia Resort, da Sonae, tem sido alvo de uma intensa campanha de boicote por parte do movimento anarquista de Setúbal, que regularmente grafa nas paredes da cidade frases imperativas (“Tróia é nossa”, “Quero a velha Tróia”), desalentadas (“O ferry vai e volta, a nós resta-nos a revolta”) ou jocosas (“Coisas finas na Tróia, só se for a areia”).

Em Agosto último, os anarquistas que não querem “resorts nem barcos de luxo a preços de luxo” mas “uma Tróia livre e do povo” organizaram um conjunto de iniciativas que intitularam de “Destroioresort”, dando voz a um desconforto, um inconformismo e uma nostalgia que ultrapassam o sentir do grupo – a avaliar pelo facto de o livro “Quando a Tróia era do Povo” (2009) ter esgotado três edições em Setúbal no mês de lançamento.

E embora a questão do designado “turismo de luxo” naquela península não seja nova – colocando-se desde os tempos da Torralta e tendo sido objecto de murais de contestação de partidos como o PSR no final da década de 90 –, o tema ganhou alento nos últimos anos com a renovada actividade do movimento anarquista, cuja tradição em Setúbal remonta às lutas sindicais na indústria conserveira, justificando análise e debate.

IDEIAS DE LIBERDADE II

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

Título da Comunicação: *Do conceito de liberdade em Friedrich A. Hayek***Autor: SAMUEL DE PAIVA PIRES (samuelpires@gmail.com)****Instituição: ISCSP-UTL****RESUMO**

Esta comunicação, baseada em dissertação de mestrado com o mesmo título, tem como objectivo entender como se articula o pensamento de Friedrich A. Hayek no que diz respeito à salvaguarda da liberdade individual. Começando por operacionalizar o conceito de liberdade, pretende-se demonstrar que há uma clara linha no pensamento de Hayek que articula a ordem espontânea, a cataláxia e o estado liberal de forma a gerar uma dinâmica que tem como objectivo garantir o maior grau de liberdade individual possível. Neste trabalho fica também patente a demonstração de que o socialismo e o planeamento centralizado são epistemologicamente impossíveis, e que o conceito de justiça social é o responsável pelo descrédito da política nas modernas democracias liberais. Desta forma, procura-se efectuar uma reflexão crítica, recorrendo tanto à descrição como à análise do pensamento de Hayek, que, por estar parcamente traduzido em português, carece de ser estudado como forma de o divulgar à generalidade dos portugueses.

IDEIAS DE LIBERDADE II

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

Título da Comunicação: *O indivíduo contra o Estado: a ideia de liberdade no pensamento político-filosófico de Václav Havel***Autor: ALEXANDRU MANOLI (sandumanoli@ymail.com)****Instituição: FCSH-UNL****RESUMO**

Na presente comunicação pretende-se fazer uma análise do pensamento político-filosófico de um dos dissidentes anticomunistas, Václav Havel, nomeadamente o seu contributo teórico para o debate na Teoria Política Ocidental, acerca da *Ideia de Liberdade* e do *Liberalismo*. Havel não pode ser categorizado nem com um “Comunitarista”, nem como havendo uma perspectiva “Individualista” do Liberalismo. A sua *Ideia de Liberdade* é indirectamente ligada à uma construção da *Sociedade Civil* e do *Espírito* e o *Dever Cívico*. A sociedade civil surge não como um organismo que tem o seu lugar entre o Estado e a Sociedade, mas sim, é aquela que liga o Indivíduo a sua Comunidade. É mais uma sociedade paralela, do que uma organização cívica que tenta dialogar com as Instituições do Estado. Desta maneira, o Indivíduo conquista a sua autonomia relativamente ao Estado, libertando-se da sua dependência e participando voluntariamente nas acções da sua comunidade cívica.

IDEIAS DE LIBERDADE II

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

Título da Comunicação: *Roger Scruton e a “cultura de repúdio”***Autor:** JOÃO VACAS (jvacas@hotmail.com)**Instituição:** IEP-UCP**RESUMO**

Esta comunicação pretende apresentar e debater o conceito de «cultura de repúdio» enunciado por Roger Scruton, as suas causas e efeitos e a resposta de que podem ser objecto de um ponto de vista conservador. Ao debruçar-se sobre a sociedade ocidental contemporânea, Scruton detectou a decadência das antigas lealdades e da expressão artística - decorrente do «défice religioso» - e confrontou-se com uma cultura triunfante nominalmente inclusiva mas permeada de repúdio e de hostilidade profanadora para com os valores herdados e as estruturas tradicionais, ameaçados de substituição por novas pertenças de raiz para-religiosa. Ao “eu” individualista - relativista, universalista mas abjurador da própria civilização – que reclama direitos e total liberdade (re)criadora, Scruton contrapõe a ideia de um “eu” relacional apenas compreensível quando envolvido pela ligação concreta, natural e incindível, a uma dimensão social e comunitária que lhe preexiste e que o determina de múltiplas formas. É em redor do “nós” - tessitura de relações não-contratuais e pré-políticas e da cultura, educação e costumes que rodeiam cada pessoa desde o nascimento - que se forjam e se sustentam as comunidades, se promove a «consolação» dos seus membros através do seu «regresso a casa» e se evita o «perigo da falsa esperança».

LUSOFONIA – POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS I

MODERADOR: Mário Pontes - UA

Título da Comunicação: *Sobre o poder da/na CPLP***Autor:** SANDRA BALÃO – ISCSP-UTL (smbalao@netcabo.p)
MÁRIO PONTES – UA (mrpontes@netcabo.pt)**RESUMO**

“A CPLP assume-se como um forum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Foram definidos como objectivos gerais: A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa. Considerando estas premissas definidas como centrais na justificação da criação e existência da CPLP como projecto mobilizador e recorrendo a uma metodologia de análise qualitativa, de base essencialmente documental , constituem objectivos do presente paper recorrendo a uma perspectiva de análise funcional, crítica e realista: 1. analisar os documentos institucionais disponíveis para consulta do público em geral, afim de procurar comparar se se verifica uma convergência entre as linhas de actuação e os objectivos teoricamente definidos com os resultados efectivamente conseguidos sob os pontos de vista estratégico, político e económico; 2. Procurar apurar (para concluir) se a CPLP constitui ou não uma sede de Poder na balança mundial”.

LUSOFONIA – POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS II

MODERADOR: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *O movimento associativo da diáspora brasileira e cabo-verdiana em Portugal na promoção do nexo entre migração e desenvolvimento***Autor: IRIS DIAS (irisdemelt@hotmail.com)**
Instituição: Univ. Minho**RESUMO**

De acordo com o princípio preconizado pela OCDE, as migrações devem ser concebidas como cooperação econômica e social entre dois espaços parceiros e não apenas uma troca de indivíduos entre duas partes com poderes desiguais. Entretanto, a concretização deste princípio encontra uma série de dificuldades, pois os fluxos migratórios obedecem a dinâmicas complexas e por si só não parecem ser capazes de gerar uma cooperação espontânea.

Neste contexto, o nexo entre migração e desenvolvimento é estudado para a orientação de políticas públicas, ganhando destaque na Política Global de Imigração da UE. Assim, analisaremos de que modo o movimento associativo das diásporas brasileira e cabo-verdiana em Portugal se relaciona (ou não) com a promoção do nexo entre migração e desenvolvimento.

Utilizaremos uma metodologia qualitativa para observar a relação das associações com os países de origem, com o governo Português e outros atores. Nossa análise se dará à luz dos conceitos de *policy networks*, cidadania pós-nacional e de uma reflexão acerca do papel das associações na democracia e sobre sua importância para a formação de redes transnacionais.

LUSOFONIA – POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS II

MODERADOR: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Os acordos internacionais de cooperação nos governos Fernando Henrique e Lula***Autor: SIMONE DINIZ (dinizsimone@hotmail.com)****Instituição: UFABC****RESUMO**

O artigo tem por objetivo contribuir para o debate sobre as relações de cooperação internacional encabeçadas pelo Brasil. Para tanto organizei uma base dados, contemplando os acordos bilaterais de cooperação, encaminhados pelos presidentes Fernando Henrique e Luís Inácio da Silva (primeiro e segundo mandatos de ambos) e aprovados pelo Congresso Nacional.

Algumas perguntas orientam o artigo: há diferenças significativas na celebração dos acordos de cooperação – vistos como uma das faces da política externa brasileira, praticada pelas duas últimas gestões presidenciais? Regiões geográficas específicas se configuraram como parceiras preferenciais? Há diferenças entre as áreas temáticas contempladas nos acordos e o Presidente que os encaminhou para deliberação do Congresso Nacional? Quais as possíveis razões a motivar a ação presidencial na celebração dos acordos?

O texto está organizado em três seções. Uma introdução onde retomo alguns estudos comparativos entre as duas gestões presidenciais, no campo da política externa. A segunda apresenta uma série de dados agregados sobre os acordos de cooperação encaminhados pelos presidentes Fernando Henrique e Lula, como grupos de países parceiros, segundo o grau de desenvolvimento econômico (países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos) e regiões geográficas envolvidas. A terceira dedica-se aos temas abordados nos acordos de cooperação técnica, firmados com os países em desenvolvimento, e as possíveis motivações que levaram à celebração dos referidos acordos. Nas considerações finais retomo os principais achados da pesquisa.

LUSOFONIA – POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS II

MODERADOR: Maria Francisca Saraiva – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: *Espaços de representação diplomática: Portugal no Brasil. As conexões entre “poder político” e “arquitetura moderna”***Autor:** TÂNIA BEISL RAMOS (taniaramos@fa.utl.pt)**Instituição:** FA-UTL**RESUMO**

Em Brasília, o ano 1960 associa ‘poder político’ e ‘modernidade arquitectónica e urbanística’. A nova capital é inaugurada e as representações diplomáticas são instaladas. Neste cenário Portugal assume uma posição surpreendente ao construir sua embaixada no Rio de Janeiro. Presidente Brasileiro e Embaixador Português estreitam relações diplomáticas, o primeiro envolve-se pessoalmente e expõe ao segundo o novo cenário geográfico, mas o Estado Novo português tem outro olhar. O projecto (1962) de Carlos Ramos e Luis Cunha é recusado por Salazar. Uma década será o tempo de espera por outra solução arquitectónica, cujo local de implantação no Sector de Embaixadas começa a ser cobijado por representações diplomáticas de outros países. O projecto moderno construído é do arquitecto português Chorão Ramalho. No contexto de relações internacionais verifica-se uma nova abordagem do ‘poder político’ do Brasil a Portugal, desta vez ao nível municipal, culminando na única praça da cidade que homenageia outro país, a Praça Portugal (1971). O artigo visa identificar as conexões entre diferentes níveis de ‘poder político’ dos dois países com base na Análise de Redes Sociais. A abordagem metodológica e interdisciplinar – arquitectura e urbanismo, história, ciências sociais e política -, pretende analisar o reflexo do poder político na arquitectura.

**SOCIEDADE CIVIL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL,
1974-2010 II: CONFIGURAÇÕES SECTORIAIS E TERRITORIAIS DA
SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA**

MODERADOR: Rui Branco – FCSH-UNL / DISCUSSANT: Rui Santos – FCSH-UNL

Título da Comunicação: *Associativismo empresarial e profissional e a consolidação da democracia Portuguesa: 1974-2010*

Autor: ANA MARIA EVANS (ana.maria.evans@ics.ul.pt)

Instituição: ICS-UL

RESUMO

Portugal is an understudied case in the political economy literature. In this paper I analyse how do business interests organize in response to changes in policy-making and the challenges of opening markets and how does the creation of new institutions of business representation reflect an evolution in this national type of capitalist organization. I pretend to answer these questions through the first dynamic and contextualized analysis of all the Portuguese business associations created in the period 1974-2010. Disaggregating the conceptualization of the Varieties of Capitalism literature (Hall, Soskice) and of corporatist theories (Schmitter, Streeck), I analyse business organizations in two dimensios:1) territorial scope of the organization of businesses: nacional vs. local/regional representation; 2) sectoral scope of the organization of businesses: sector vs. multisectoral association.

**SOCIEDADE CIVIL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL,
1974-2010 II: CONFIGURAÇÕES SECTORIAIS E TERRITORIAIS DA
SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA**

MODERADOR: Rui Branco – FCSH-UNL / DISCUSSANT: Rui Santos – FCSH-UNL

Título da Comunicação: *Os instrumentos de participação política e administrativa a nível local: uma análise empírica das escolhas dos municípios portugueses*

Autor: **ANTÓNIO TAVARES** (atavares@eeg.uminho.pt)
MIGUEL RODRIGUES

Instituição: **EEG-UM**

RESUMO

Esta investigação foi sugerida pelo argumento desenvolvido originalmente por Dwight Waldo no seu trabalho clássico *The Administrative State* (1948) de que existe um trade-off entre democracia e eficiência. Este projecto identifica uma série de instrumentos de participação proporcionados pelos municípios portugueses aos seus cidadãos e investiga a possível existência de trade-offs entre participação política e participação administrativa. Que factores influenciam a adopção de instrumentos que facilitam a participação política e administrativa a nível local? Em que medida há trade-offs entre democracia e eficiência na escolha desses instrumentos de participação cívica local? A hipótese central sugere que os executivos municipais apresentam dois padrões mutuamente exclusivos de incentivos à participação cívica e responsabilização (accountability) perante os seus cidadãos: o primeiro perfil sublinha valores democráticos de participação política, informação directa por parte dos cidadãos e uma permanente interacção entre as preferências dos cidadãos e a tomada de decisão do executivo municipal; o segundo perfil realça a eficiência como objectivo fundamental e o papel do executivo na agilização e melhoria da qualidade na prestação de bens e serviços públicos. Por outras palavras, enquanto o primeiro tipo valoriza o papel político do executivo local, o segundo realça a componente gestonária do poder local. O artigo emprega um modelo teórico que inclui as percepções dos presidentes de câmara sobre a participação, a cultura política local e o contexto socioeconómico como factores explicativos da escolha de instrumentos de participação. Os instrumentos de participação política incluídos na análise são as consultas públicas, referendos locais, orçamentos participativos, contactos informais, fóruns de discussão on-line e formação de grupos de especialistas com a participação dos cidadãos. Os instrumentos de participação administrativa incluem gabinetes de atendimento ao munícipe, linha verde on-line, sistemas electrónicos de reclamação, sistemas de acompanhamento de processos on-line, livro de reclamações e inquéritos à população sobre a qualidade dos serviços. O artigo utiliza um modelo de regressão de equações aparentemente não relacionadas (King, 1989) para testar a hipótese central relativa à adopção de instrumentos de participação pelos municípios servindo-se dos dados recolhidos através de um inquérito aos municípios portugueses e discute as implicações dos resultados para a literatura da governação e participação cívica.

**SOCIEDADE CIVIL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL,
1974-2010 II: CONFIGURAÇÕES SECTORIAIS E TERRITORIAIS DA
SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA**

MODERADOR: Rui Branco – FCSH-UNL / DISCUSSANT: Rui Santos – FCSH-UNL

Título da Comunicação: *A distribuição territorial do associativismo no Portugal democrático*

Autor: JOÃO CANCELA (joaocancela@gmail.com)

Instituição: FCSH-UNL

RESUMO

Vários estudos sobre os comportamentos e as atitudes perante a democracia têm revelado que em Portugal os níveis de capital social, medidos pela pertença e actividade dos indivíduos em organizações da sociedade civil, são comparativamente baixos. Contudo, esta generalização ofusca a diversidade de práticas associativas observáveis em Portugal. Esta comunicação procura explorar a variância na distribuição de organizações da sociedade civil pelo território português, através do recurso à análise espacial de dados provenientes do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, que foram tratados e classificados de acordo com uma grelha de análise que matiza os vários tipos de organização. Tomando como unidade de análise os municípios portugueses, procura-se explicar os principais padrões geográficos na distribuição de organizações e os factores que conduzem à prevalência de certos tipos associativos (por exemplo, de índole religiosa ou de solidariedade social) em detrimento de outros (por exemplo, clubes desportivos ou cooperativas).

